

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 033

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 05 DE ABRIL DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Algaci Tulio</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Antonio Baratter - Pastor Edson Praczyk (licenciado) - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
05 DE ABRIL DE 2001**

*(quinta-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Luiz Carlos Zuk.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Beraldin, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Custódio da Silva, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se ausente o senhor deputado Caíto Quintana (01)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. NELSON TURECK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, queria retificar, quando o secretário diz que a estrada é boiadeira. Na verdade não é boiadeira. E eu nem falo em boiadeira, porque é uma estrada que há 40 anos só serviu para fazer campanha política para políticos da nossa região. É a PR-462 - Barbosa Ferraz - Iretama, pela Termas de Jurema.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está feito o registro de Vossa Excelência. Será feita a correção na Ata.

Em votação a Ata.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito Chamada Nominal dos senhores deputados..

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação, com Chamada Nominal dos senhores deputados.

**(É procedida a Chamada Nominal dos senhores deputados).**

33 senhores deputados responderam à Chamada Nominal.

Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 010/2001

Curitiba, 03 de abril de 2001.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que os Fundos “Especial de Reequipamento Policial - Funrespol”, “de Modernização da Polícia Militar - FUMPM”, “Penitenciário - Fupen” e “de Reequipamento do Trânsito - Funres-tran”, criados, respectivamente, pelas Leis nºs 6.102/70, 10.236/92, 4.955/64 e 6.264/72, ficam unificados, ensejando personalidade jurídica única, em um só título de receita, caixa, patrimônio e de escrituração contábil, sob a denominação de Fundo Estadual de Segurança Pública - Fesp.

O plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e constitui-se norma legal de elevado interesse público, porque virá, sem qualquer sombra de dúvida, ensejar melhores condições no sentido de pronto atendimento às necessidades pertinentes ao reequipamento dos organismos estaduais de segurança, afetos à Secretaria de Estado da Segurança Pública, tais como a Polícia Militar do Estado, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Departamento de Trânsito.

Por outro lado, vale destacar que a medida, além de oportuna e necessária, é também da maior racionalidade, porque trata de Fundos que têm finalidades praticamente indissociáveis, porque são todos formadores de recursos financeiros para aplicação na área da segurança pública, em setores que, a rigor, têm as mesmas demandas em termos de padrões de equipamentos, bem como de outras necessidades de natureza comum. Assim, com a unificação proposta os recursos, nessa nova configuração,

serão aplicados diante de uma visão globalizada, através de planos anuais de aplicação.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os Fundos “Especial de Reequipamento Policial - Funrespol”, “de Modernização da Polícia Militar - FUMPM”, “Penitenciário - Fupen” e “de Reequipamento do Trânsito - Funrestran”, criados, respectivamente, pelas Leis nºs 6.102/70, 10.236/92, 4.955/64 e 6.264/72, ficam unificados, ensejando personalidade jurídica única, em um só título de receita, caixa, patrimônio e de escrituração contábil, sob a denominação de Fundo Estadual de Segurança Pública - Fesp.

Art. 2º - O Fundo Estadual de Segurança Pública - Fesp terá por finalidade o provimento de recursos para reequipamento, em sentido amplo, dos organismos estaduais de segurança pública, afetos ou vinculados à Secretaria de Estado da Segurança Pública, em especial à Polícia Militar do Estado, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Departamento de Trânsito.

Art. 3º - Constituem recursos do Fesp os que, pelos respectivos diplomas legais, foram atribuídos ao Funrespol, FUMPM, Fupen e Funrestran.

Art. 4º - O patrimônio do Fesp é composto pelos bens patrimoniais de que foram dotados os fundos unificados pela presente lei.

Art. 5º - O Fesp será administrado por um Conselho Diretor, composto pelo secretário de Estado da Segurança Pública, como presidente nato e, como membros, o comandante geral da Polícia Militar, o delegado geral da Polícia Civil, o comandante do Corpo de Bombeiros, o diretor geral do Departamento de Trânsito e por um representante da secretaria de Estado da Fazenda e um representante da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 6º - Os recursos do Fesp serão aplicados em conformidade com o “Plano de Aplicação”, para cada exercício financeiro, aprovado pelo Conselho Diretor e homologado pelo chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Em casos de comprovada urgência e necessidade, poderão, com prévia autorização do governador do Estado, ser efetivadas despesas não constantes do Plano de Aplicação.

Art. 7º - A Secretaria de Estado da Fazenda adotará as providências que, no plano contábil e orçamentário,

forem necessárias à plena execução desta lei, cabendo à Secretaria de Estado da Segurança Pública, as providências atinentes ao cadastro patrimonial único e outras medidas que forem necessárias ao fiel cumprimento desta lei.

Art. 8º - A legislação referente aos Fundos ora unificados permanecerá em vigor naquilo que não conflite com as disposições da presente lei.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

#### Ofício:

OF/CTL/SEEG Nº 126/2001

Curitiba, 03 de abril de 2001.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para comunicar a essa augusta Casa de Leis que, conforme autorização concedida através do Decreto-Legislativo nº 003/2001, de 12 de março do corrente ano, afastar-me-ei do País nos dias 04 e 05 deste mês, com destino à Argentina, a fim de, em Buenos Aires, tratar de assuntos de interesse do Estado do Paraná junto ao Mercado Comum do Sul - Mercosul e, atendendo convite, participar do seminário “La Dimensión Federal en el Mercosur”.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

#### Indicações:

##### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Venho respeitosamente comunicar que por decisão da Bancada, decidimos que o deputado José Maria Ferreira, responderá como vice-líder da Bancada do PSDB.

Grato pela atenção agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) SERGIO SPADA  
Líder da Bancada do PSDB

##### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Vimos através do presente comunicar à Vossa Excelência que o senhor deputado Chico Noroeste é o novo membro titular da Comissão de Constituição e Justiça, bem como o senhor deputado Nelson Tureck para a suplência.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES  
Líder do PFL

**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 792**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução nº 07/2000, que susta o Decreto Legislativo nº 1821, do governo do Estado.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) BERALDIN

**REQUERIMENTO Nº 794**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 091/2001, de autoria dos deputados Marcos Isfer e Cezar Silvestri, e, por força no disposto no § 2º do artigo 50 do Regimento Interno, a imediata ciência de urgência aos presidentes das Comissões por onde deva tramitar a proposição objeto deste requerimento.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 795**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 013/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti e outros, e, por força no disposto no § 2º do artigo 50 do Regimento Interno, a imediata ciência de urgência aos presidentes das Comissões por onde deva tramitar a proposição objeto deste requerimento.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 797**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 004/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, e, por força no disposto no § 2º do artigo 50 do Regimento Interno, a imediata ciência de urgência aos presidentes das Comissões por onde deva tramitar a proposição objeto deste requerimento.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 810**

Senhor Presidente.

O deputado que abaixo subscreve, REQUER inscrição no Grande Expediente, do dia 10 de abril do corrente ano (terça-feira) para falar sobre o assunto Copel.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

**REQUERIMENTO Nº 804**

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja autorizado para ocupar a tribuna desta Casa de Leis no Pequeno Expediente no dia 10 de abril de 2001, ao ilustríssimo senhor Luiz Bordenowski - Mui Digno presidente do Sindicato das Classes Policiais Cíveis do Estado do Paraná - Sinclapol.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

O Sinclapol, através do seu presidente fará sua defesa em favor do policial paranaense, seja ele civil ou militar.

**REQUERIMENTO Nº 796**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento à Corregedoria desta Casa da fita cassete em anexo, contendo gravação da entrevista do secretário Ingo Hübert, no dia 02 deste mês, à Rádio CBN - Curitiba, tendo em vista manifestações a propósito no plenário desta Casa.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 808**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, comunica a Vossa Excelência e ao Plenário desta Casa, que não exercerá a prerrogativa de indicar nomes para comparecer ao plenário desta Casa, com a finalidade de palestrar sobre a privatização da Copel, conforme previamente autorizado com aprovação do requerimento de 14 de março do corrente, e que tratava da convocação do presidente da Companhia, doutor Ingo Hübert.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) DURVAL AMARAL

## REQUERIMENTO Nº 798

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com votos de profundo pesar à senhora Ana Beloto, bem como, ao prefeito e à Câmara Municipal, pelo falecimento do senhor Laudelino França Cordeiro, pioneiro do município de Campo Bonito-PR.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) NEREU MOURA

## JUSTIFICATIVA:

Efetivamente foi uma perda irreparável o passamento do nosso querido amigo Lau, como era carinhosamente chamado. Pioneiro no município, era profundo conhecedor dos fatos que marcaram a vida daquela comunidade. Muito embora com a sua idade um pouco avançada, fazia questão de participar ativamente da vida política de Campo Bonito e mais especialmente das coisas que envolvessem o seu velho “MDB de guerra”.

O “seo” Laudelino era um fiel peemedebista. Não tinha conversa. Sabia e sempre estava por dentro de todos os acontecimentos ligados ao PMDB. Diuturnamente ele desfilava pelas avenidas da cidade, conversando com os companheiros, colocando claramente suas opiniões e exigindo fidelidade às causas partidárias.

Porém o “seo” Lau, era uma pessoa bem quista por todos. Homem de bem, sempre deixou marcas de bom caráter, personalidade e amizades. Bom pai de família, deixou um legado positivo a todos os seus filhos, parentes e amigos. Com certeza a presença de “seo” Laudelino ficará permanentemente gravada na mente de todos que o conheceram, como um homem dócil, respeitador e amigo.

Cabe a mim, que era amigo do falecido, solicitar a esta Assembléia Legislativa que é a Casa do Povo do Paraná, que aprove esta homenagem derradeira a uma pessoa humilde e que em vida soube conquistar admiração, respeito e simpatia e também para que sirva de exemplo de que vale a pena ser honrado e decente.

## REQUERIMENTO Nº 807

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do senhor Nicolau Koltun, ocorrido ontem no dia 03 de abril, no Distrito de Jacutinga - Ivaiporã-PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à esposa, senhora Sofia R. Koltun, aos filhos Pedro Koltun, Jorge Koltun, Marta Koltun, Elice Koltun e Marcia Koltun, através de correspondência a ser encaminhada à rua Formoso, nº 90 - CEP 86878-000 - Distrito de Jacutinga - Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO Nº 784

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de congratulações ao jornalista Abdo Aref Kudri, pela reeleição e posse na presidência do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Paraná, verificada no último dia 04 de abril, em Curitiba.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à rua Marechal Deodoro, nº 857 - 13º andar, CEP 80060-010 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) WALDYR PUGLIESI

## JUSTIFICATIVA:

A presente proposição vem parabenizar o jornalista Abdo Aref Kudri, pela reeleição e posse na presidência do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Paraná.

A sua reeleição, por aclamação, para prosseguir dirigindo a referida entidade, no quinquênio 2001 - 2006, além de ser de vontade de empresários e lideranças do setor, é o reconhecimento de seu trabalho e trajetória profissional. Valorizo e reconheço com este voto de congratulação, a maneira sempre nobre que defende a imprensa paranaense. O seu espírito paranista é evidente em suas próprias palavras: “o Paraná tem a melhor imprensa, a mais unida”. Cumprimento, também, pelo esforço que dedica para manter o sentido democrático e livre de nossa imprensa.

## REQUERIMENTO Nº 786

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, votos de congratulações à colunista social Rosecler Roble Ortega, de O Diário do Norte do Paraná, pelo lançamento, em 09 de abril do corrente, do livro “Guia da Sociedade Maringaense”.

Requer, outrossim, comunicação do feito à colunista Rosecler Roble Ortega e ao diretor-presidente de O Diário do Norte do Paraná, senhor Franklin Vieira da Silva.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) RICARDO MAIA

## JUSTIFICATIVA:

A colunista social Rosecler Roble Ortega vem há vários anos retratando os principais e mais importantes acontecimentos da sociedade maringaense e regional num dos principais jornais de nosso Estado, o periódico O Diário do Norte do Paraná. Além de bem informada, Rose Ortega, como é mais conhecida e nome com o qual assina sua coluna diária, retrata com sensibilidade, em fotos e textos, os fatos e eventos mais sintonizados com os valores de solidariedade social, consubstanciados nas ativas participações da colunista nas mais diversas pro-

moções com intuito de arrecadação com vistas à ação social. Rose Ortega sempre colocou o seu trabalho a serviço das grandes causas sociais de Maringá e da região, o que merece reconhecimento.

Agora, com o lançamento de uma agenda social, Rose Ortega presta mais um serviço de relevância à comunidade e coloca Maringá e o Paraná em sintonia com os grandes centros, onde esta modalidade de publicação já é tradição e considerada indispensável por vasta camada da população. É mais um serviço de relevo que Rose Ortega presta à nossa sociedade, que merece reconhecimento.

Daí as razões do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 791

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente requerimento, propõe à Casa o registro em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de congratulações pela posse da nova diretoria do Sindicato e Associação das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Paraná, presidido pelo doutor Abdo Aref Kudri.

O novo corpo diretivo das entidades representativas da categoria dos empresários da imprensa paranaense - conforme se assinala em anexo - é integrado também pelo doutor Francisco Cunha Pereira Filho, como 1º vice-presidente; doutor Paulo Cruz Pimentel, 2º vice-presidente e por outros destacados editores de jornais e revistas do Estado do Paraná, aos quais pedimos que esta Assembléia estenda suas congratulações.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Paraná

#### RELAÇÃO DA DIRETORIA “CHAPA UNIÃO”

Presidente: Abdo Aref Kudri; 1º vice-presidente: Francisco Cunha Pereira Filho; 2º vice-presidente: Paulo Cruz Pimentel; 3º vice-presidente: Rodrigo Barrozo; 4º vice-presidente: João Milanez; 1º secretário: Ubaldo Siqueira; 2º secretário: José Newton Dalla Bona; 1º tesoureiro: Dilmar Abilio Archegas; 2º tesoureiro: Waldemar Mehl Filho.

#### Conselho Deliberativo

Presidente: Cesar Augusto Garcia; membros efetivos: Rogério Florenzano e Adhail Lemos Ingles; membros suplentes: Sady Ricardo dos Santos Neto e Cícero do Amaral Catani.

#### Conselho Fiscal

Presidente: Renato Barroso; membros efetivos: Alcy Ramalho Filho e Odoni Fortes Martins; membros suplentes: Marcus Vinicius M. de Oliveira e Natal Fiala Strapasson.

#### Conselho de Ética

Presidente: Roney Rodrigues Pereira; membros efetivos: Antonio Senival Silva e Silvonei Sergio Piovesan; membros suplentes: André Costi e Leonel Julio Farah.

#### REQUERIMENTO Nº 793

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado do Paraná, pela posse de sua nova diretoria.

Sala das sessões, em 05.04.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato das Empresas Proprietários de Jornais e Revistas do Estado do Paraná, em data de ontem elegeu e empossou sua nova diretoria para gestão 2001/2006, que ficou assim constituída:

Presidente.....Abdo Aref Kudri  
1º vice-presidente.....Francisco Cunha Pereira Filho  
2º vice-presidente..... Paulo Cruz Pimentel  
3º vice-presidente..... Rodrigo Barrozo  
4º vice-presidente..... João Milanez  
1º secretário.....Ubaldo Siqueira  
2º secretário..... José Newton Dalla Bona  
1º tesoureiro..... Dilmar Abílio Archegas  
2º tesoureiro.....Waldemar Mehl Filho

#### CONSELHO FISCAL

Presidente..... Renato Barrozo  
Membro efetivo..... Alcy Ramalho Filho  
Membro efetivo..... Odoni Fortes Martins  
Membro suplente.....Marcus Vinícius M. de Oliveira  
Membro suplente..... Natal Fiala Strapasson

#### CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente..... Cesar Augusto Garcia  
Membro efetivo..... Rogério Florenzano  
Membro efetivo..... Adhail Lemos Ingles  
Membro suplente..... Sady Ricardo dos Santos Neto  
Membro suplente..... Cícero do Amaral Catani

#### CONSELHO DE ÉTICA

Presidente..... Roney R. Pereira  
Membro efetivo..... Antonio S. Silva  
Membro efetivo..... Silvonei S. Piovesan  
Membro suplente.....André Costi  
Membro suplente..... Leonel J. Farrah

A toda a nova diretoria eleita os desejos de sucesso à frente desta nova gestão. Recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 801

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos a toda a

comissão organizadora das festividades da V Expopalmas, realizada no Parque de Exposições Pé Vermelho de Palmas nos dias 30 e 31 de março e 1º de abril.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor prefeito municipal, Hilário Andraschko; ao vice-prefeito, senhor Francisco Puton; ao senhor vereador Juraci Antonelli, presidente da Câmara Municipal; ao senhor Odilon Luiz Scopel, secretário da Indústria e Comércio; ao senhor Massanobu Shimada, secretário da Agricultura; ao senhor Jerry Adriani Marini, presidente da Comissão de Feiras; assim como a Acipa - Associação Comercial e Industrial de Palmas; Associação Brasileira da Raça Caracu; Pecuária; CDL-Clube dos Dirigentes Lojistas; Emater, Afrupal - Associação dos Fruticultores de Palmas, Cocamp - Cooperativa dos Campos de Palmas; Associação dos Engenheiros de Palmas; Sidipal - Sindicato das Indústrias, Serrarias, Carpintarias, Tonoarias, Madeiras Compensadas, Laminadas e de Marcenaria de Palmas; Sindicato Rural de Palmas; Rádios Clube AM e Horizonte FM, também a todos os senhores vereadores para que recebam e transmitam a toda a população palmensense, o reconhecimento e os aplausos da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Palmas realizou com absoluto êxito dias 30 e 31 de março e 1º de abril, a V Expopalmas (Feira do Gado Caracu e Feira do Bezerro), entre outras atividades diversificadas.

Está de parabéns a região de Palmas, está de parabéns, exultante de alegria, a população do Paraná, como resto, todos nós que comparecemos.

Às festividades, além de outras autoridades compareceram os Excelentíssimos senhores: doutor Antonio Leonel Poloni, secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento; doutor Alcení Guerra, secretário chefe da Casa Civil, doutor Armando Martinho Bardou Raggio, secretário de Estado da Saúde.

Número considerável de expositores. Foi sem sombra de dúvida, uma grande festa, que ficará indelevelmente marcada na história de Palmas, e, com nota máxima para a organização geral.

A história dos homens do Paraná sempre foi feita com heroísmo, com amor e com tradição.

Certo poeta dizia: "O homem torna-se útil à medida que demonstra conhecimentos".

"Só os efeitos positivos podem marcar a presença do homem na vida".

"Passaram-se os séculos, mas a voz do futuro, o trabalho do povo paranaense, vai marcando a figura daqueles que realizaram alguma coisa, especialmente pelo bem da comunidade".

Louvar o trabalho honrado, enaltecer o esforço construtivo, não será lisonja, sem dúvida, mas simplesmente o reconhecimento das nobres qualidades que exor-

nam a marcante atividade de todos aqueles que lutaram com denodo para o engrandecimento das festividades da V Expopalmas.

Palmas mostrou o seu potencial turístico aos milhares de participantes da V Exposição Feira Agropecuária e Agroindustrial de Palmas. Indicou inclusive o potencial a ser oferecido para desenvolver a indústria "sem chaminé".

Em parceria com a Prefeitura Municipal a V Expopalmas foi promovida pela Associação de Criadores de Caracu, reunindo criadores de todo o Estado do Paraná, com destaque para o leilão de novilhas e a exposição de maçã. O município de Palmas é o maior produtor de maçã, cuja colheita está iniciando e entusiasmando os produtores com uma estimativa em 15 mil toneladas.

Felicidades, Palmas!

#### REQUERIMENTO Nº 802

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Restaurante Madalosso pelo transcurso de seus 31 anos de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência aos diretores Carlos, Flora, e Severino Madalosso, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem todos os demais funcionários, servidores e colaboradores do restaurante.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O Restaurante Madalosso, segundo maior restaurante do mundo, é orgulho não somente da família Madalosso e dos seus colaboradores, como de toda a população curitibana e paranaense. Ao comemorar 31 anos de fundação, o Madalosso destinou toda a arrecadação do dia do aniversário para a Unidade de Endocrinologia Pediátrica do Hospital de Clínicas (especializada em crianças diabéticas). Além disso a família Madalosso pratica diariamente a filantropia, doando 400 quilos de comida para as instituições de caridade.

A família Madalosso possui o inato sentimento de filantropia.

Um ente superior se impõe, então, à sua inteligência. Esse ente que ele sente palpitar no seu próprio eu é Deus.

Curva-se diante desse Ser Todo-Poderoso a prestar-lhe a sua homenagem de criatura ao Criador. Esse ato da família Madalosso, essa confissão de humanidade e dependência é na realidade o que se denomina de filantropia.

A história da humanidade é a história da própria filantropia. Em todo esses longos anos a família Mada-

losso presta com muita dignidade esse tipo humanitário de atendimento aos carentes.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, sente-se honrada em poder traduzir com absoluta realidade o pensamento da população paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 780

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao secretário de Estado da Fazenda, solicitando o não fechamento da Delegacia Regional da Receita Estadual, localizada na cidade de Guarapuava, Paraná.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Entidades de classe, indústria, comércio e pessoas representativas da cidade de Guarapuava vêm se manifestando contra o pretendido fechamento da Delegacia Regional da Receita Estadual, localizada naquela cidade.

A alegação de todos esses segmentos é no sentido de que a efetivação de tal providência trará prejuízos à arrecadação tributária do Estado e ao atendimento dos contribuintes da região Centro-Oeste do Estado.

A economia de despesas porventura decorrentes do fechamento da delegacia será compensada com uma arrecadação tributária muito maior, mantendo-a em funcionamento.

#### REQUERIMENTO Nº 781

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor Armando Martinho Bardou Raggio, digníssimo secretário de Estado da Saúde, solicitando a instalação em Campo Mourão - PR, de um ponto de cadastramento para doadores de medula óssea.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O Hemonúcleo de Campo Mourão registrou no último mês de janeiro um grande número de pessoas interessadas em serem doadoras de medula óssea. Cerca de 60% das 447 (quatrocentos e quarenta e sete) pessoas que fizeram doação de sangue mostraram interesse em ser ou saber como fazer, para ser um doador de medula.

Devido à grande procura, o Hemonúcleo está realizando uma campanha de orientação e informando aos possíveis doadores sobre onde eles podem se cadastrar. Atualmente esse serviço só é feito nos hemocentros de Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel.

O Hemonúcleo de Campo Mourão tem todas as condições necessárias para a instalação desse importante

serviço, que beneficiará a coletividade de Campo Mourão e da Comcam.

#### REQUERIMENTO Nº 782

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem à ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais Pares desta egrégia Casa para REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao ilustríssimo senhor João Alberto Sautchuk, chefe do 9º Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, solicitando recapeamento asfáltico da BR-272 (Campo Mourão-Goioerê) principalmente e, com urgência, no trecho de entrada ao perímetro urbano de Campo Mourão (Parque Industrial), que encontra-se em precárias condições.

Sala das Sessões, em 06.04.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A BR-272, importante via de ligação entre a Região Centro-Oeste paranaense (Campo Mourão) e a região Extremo-Oeste (Guaíra), atualmente (partindo de Campo Mourão) pavimentada até o município de Goioerê, encontra-se com a camada asfáltica bastante deteriorada, necessitando de medidas urgentes e inadiáveis no sentido de recuperá-la, e assim devolver a segurança de trafegabilidade do grande fluxo de veículos que diuturnamente por ali trafegam.

#### REQUERIMENTO Nº 783

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem à ilustre presença de Vossa Excelência, e aos demais Pares desta egrégia Casa para REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando com a máxima urgência, a recuperação asfáltica da PR- 460, trecho Rio Muquillão - Pitanga, que encontra-se em precárias condições.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Uma das mais importantes rodovias que interligam regiões altamente produtivas ao Anel de Integração com destino ao Porto de Paranaguá, a PR-460, trecho Rio Muquillão - Pitanga apresenta precárias condições de tráfego, causando enormes prejuízos tanto materiais (aos veículos) como de tempo, retardando o percurso, além de colocar em risco vidas que inúmeras vezes submetem-se ao perigo deste trecho.

Portanto absolutamente mister a recuperação deste trecho da PR-460.



## REQUERIMENTO Nº 785

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário de Estado da Saúde, Armando M.B. Raggio, solicitando o fornecimento de material médico-hospitalar e germicidas para o Hospital Bom Jesus, em Ponta Grossa.

O Hospital Bom Jesus é filantrópico e de 60 a 70% dos pacientes atendidos, são do Sistema Único de Saúde.

O hospital está necessitando de uma ajuda do governo do Estado, pois está com dificuldades de manter um bom atendimento aos que procuram auxílio.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

## REQUERIMENTO Nº 790

Senhor Presidente.

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa, REQUER, o envio de correspondência aos deputados federais eleitos pelo Estado do Paraná, solicitando dos mesmos gestões no sentido da revisão dos valores repassados aos hospitais pelo Sistema Único de Saúde-Sus.

Cerca de 38% dos 14 mil atendimentos mensais feitos pelo Sistema Único de Saúde -SUS - em Curitiba são de pacientes fora da capital, principalmente da região metropolitana. 90% dos recursos recebidos do SUS no município de Curitiba são aplicados no município, restando 10% dos recursos para a região metropolitana.

Este número (38% dos 14 mil atendimentos) vem crescendo a cada ano. Em 1998, consultas e internamentos de pessoas de outras cidades representam 22%.

A Secretaria Municipal de Saúde, garante que o fluxo de pacientes de outras regiões já é previsto, mas especialistas em saúde acreditam que este aumento pode representar falta de leitos.

Segundo o presidente da Federação dos Hospitais do Paraná, José Francisco Schiavon, o crescimento da população, aliado à alta de recursos para o sistema de saúde, tende a agravar a situação “Se os valores pagos pelo SUS não forem repensados, cada vez mais hospitais vão deixar de atender pelo sistema gratuito.

“Curitiba tem hoje 4.689 leitos pelo SUS em 34 clínicas e hospitais, públicos ou privados. Alguns dos 68 hospitais de médio e grande porte da grande Curitiba deixaram de atender pelo Sistema Único de Saúde nos últimos anos, como o São Vicente, o Santa Cruz, o Nossa Senhora do Pilar, o Paciornick e o Instituto de Medicina e Cirurgia.

Esses fatos registram-se porque os preços pagos pelo governo federal são um desestímulo à maioria dos hospitais e há necessidade premente da revisão desses valores e forma de distribuição.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

## REQUERIMENTO Nº 800

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo senhor deputado Nelson Justus, anexando cópia do Ofício Circular nº 08/2001, do Excelentíssimo senhor Gilmar José B.Silva, presidente da Câmara Municipal de Munhoz de Mello.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos senhores prefeitos, vice-prefeitos e vereadores dos municípios de Munhoz de Mello, Astorga e Iguaçu.

Sala as Sessões, em 05.04.2001.

(a) ANTONIO ANIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

O Excelentíssimo senhor vereador Gilmar José B. Silva, presidente da Câmara Municipal de Munhoz de Mello, em expediente anexo, solicita seja executado, em regime de urgência, o recapeamento da Rodovia PR-218 -Iguaraçu/Astorga, cujo trecho encontra-se intransitável, dificultando o transporte da produção.

## REQUERIMENTO Nº 805

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, envio de pedido de informações ao secretário de Estado do Governo, Gerson Guelmann, a respeito da realização dos II Jogos Mundiais da Natureza, solicitando os seguintes esclarecimentos:

01 - Qual o órgão oficial responsável pela realização dos II Jogos Mundiais da Natureza?

02 - Qual a data escolhida para a realização da II edição dos Jogos Mundiais da Natureza?

03 - Qual o custo para o governo do Estado, ou para a(s) empresas (s) contratadas, com a realização da segunda edição deste evento?

04 - Se a organização dos Jogos estiver sob responsabilidade de empresas (s) particular (es) quais os critérios usados pelo governo do Estado para a(s) contratação (ões) da (s) mesma (s)?

05 - Qual foi o custo financeiro global para o governo do Estado com a realização da I edição dos Jogos Mundiais da Natureza?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõem os Artigos 132 e 133, incisos e parágrafos do Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) NEREU MOURA

## REQUERIMENTO Nº 799

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, membros da Bancada do PDT, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, depois de ouvido o douto Plenário, a transcrição nos anais da Assembléia Legisla-

tiva de artigo publicado hoje no jornal Gazeta Mercantil, sob o título “Reflexões sobre a privatização da Copel”, de autoria de Luiz Antonio Fayet, economista, ex-presidente do Bader, do Banestado e ex-deputado federal.

A apresentação deste requerimento tem o propósito de contribuir com o debate que se realiza neste Parlamento, referente à privatização da Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica), que, como diz Fayet, “tem se caracterizado por uma confusão de dados e conceitos, que dificultam a visão real da questão”. Em seu artigo, demonstrando conhecimento de causa, o autor descreve trechos interessantes e que fazemos questão de apresentá-los incorporados à nossa justificativa:

1 - “Há quase uma década o setor energético brasileiro padece de um realístico planejamento estratégico e de ações firmes para racionalizar os usos de energia e a dependência externa de petróleo, gás e eletricidade, sem riscos de crises como a que nos ameaça. Algumas comunidades, como o Paraná, fizeram um grande sacrifício e construíram a sua base energética, hoje vital reserva estratégica”.

2 - “Não existe nenhuma determinação legal obrigando os Estados a privatizar suas empresas de energia; o que houve foi uma liberação do mercado. Pelas regras em vigor, as geradoras de transmissão e das redes de distribuição obrigam-se a transportar esta energia, mediante a cobrança de “pedágios”. Neste quadro, o monopólio teórico está nas mãos das donas das redes, como é o caso da Copel, pois a eletricidade depende das linhas”.

3 - “Somente usando os seus lucros, a Copel teria condições de ampliar anualmente a sua capacidade de geração em aproximadamente 200 mil kW, que somadas às sobras hoje vendidas a outros Estados, permitiram atender as taxas de crescimento da demanda estadual para além dos próximos cinco anos. O lucro líquido da Copel, segundo seus balanços foi de R\$403 milhões em 98; R\$277 milhões em 99 e R\$430 milhões em 2000. Entretanto, se a opção dos acionistas não for a de reinvestimento dos lucros totais e a Copel precisar recorrer a financiamentos para suas ampliações, basta respeitar as normas estabelecidas pelas autoridades federais. Atualmente, ela participa da implantação de quatro novas usinas.

Para o governo do Paraná seria um absurdo sua estatal produzir eletricidade para vender para outros Estados, pois toda a tributação de ICMS é paga no local de consumo. Aliás, esta regra tem sido fortemente criticada pelas nossas autoridades. Entretanto, a Copel vem adotando esta prática”.

4 - “As empresas oficiais que têm sido privatizadas o foram por estarem sucateadas, quebradas ou por não terem condições de investir, o que não é o caso da Copel. O argumento da incapacidade de investimento configura-se uma inverdade”.

5 - “A Copel não perderá a sua capacidade de competir no mercado energético; pelo contrário, pois das 18 unidades geradoras em operação, 16 já estão amortizadas

(pagas) e como quase todas são movidas por água, o seu custo operacional é imbatível para competir no território paranaense. Vender energia não é como vender sapatos, roupas ou até mesmo telefonia, para essa venda há que ter uma rede de distribuição física cara e tecnologicamente complicada, com postes, fios, transformadores, fusíveis, para-raios, medidores, etc. Não dá para guardar na prateleira nem transportar em sacolas, malas ou caminhões. Assim, a hipótese de outra operadora vender no Paraná não assusta, dado o monopólio da distribuição e os custos de produção dos outros fornecedores. Em nível nacional, suas tarifas historicamente estão entre as quatro menores. Esta é a opinião dos maiores especialistas do setor, inclusive de técnicos da própria Copel, hoje condenados ao silêncio”.

6 - “Nas regiões Sul e Sudeste do País a ampliação da oferta de eletricidade virá de aproveitamentos hidráulicos de pequeno porte, ou fontes térmicas - carvão, gás ou óleo - que determinam tarifas naturalmente maiores. O atraso na implantação das termoeletricas previstas no “plano decenal de expansão” do governo federal (mais de 40) está acontecendo pela questão de custos, pois quando sobe o preço do petróleo ou o dólar eles se alteram rapidamente. Para as hidrelétricas o impacto é residual. Por isso o governo tem forçado a participação das estatais, de vez que os investidores privados estão temerosos com os riscos. Das 15 termoeletricas em implantação no Brasil, 13 têm a participação estatal da Petrobrás, como na de Araucária 480 mil kW), que tem a Copel como sócia”.

7 - Comparar a concorrência tarifária que aconteceu com o setor de telecomunicações com a de eletricidade é desconhecimento de causa ou má fé. São tecnologias, problemáticas, ambientes e economias totalmente diferentes”.

8 - Quanto à qualidade dos serviços, a privatização das telecomunicações dá um bom exemplo. Melhorou a quantidade de oferta, mas os consumidores tornaram-se reféns da falta de qualidade das operações. Visando lucros altos e imediatos, usuários e comunidades menores foram relegados, quebrando o princípio da “universalização” da oferta dos serviços. Some-se a isso a ineficiência dos órgãos de defesa dos consumidores. Até recentemente a Copel manteve o primeiro lugar em qualidade no País. Será que este monopólio em mãos da iniciativa privada não seria desvirtuado? O que temos visto com as rodovias e os portos assusta”.

Outrossim, requerem que seja dada ciência ao autor do artigo, o ex-deputado Luiz Antonio Fayet, da deliberação da Assembléia Legislativa a respeito do assunto.

Curitiba, 04.04.2001.

(a) ELI GHELLERE

Deputado Estadual - PDT

LUIZ CARLOS ZUK

Deputado Estadual - PDT

LUIZ ANTONIO FAYET

E-mail: fayet@uol.com.br

**Projetos de Lei:****PROJETO DE LEI Nº 108/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica alterado o artigo 2º, da Lei nº 8345, de 21 de junho de 1986, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Considera-se comunidade universitária a totalidade dos membros do corpo docente, ativos e inativos, do corpo discente e do quadro de funcionários em pleno exercício de suas funções”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**JUSTIFICATIVA:**

A apresentação do presente projeto de lei é de corrigir dispositivo da Lei nº 8345, de 21 de julho de 1986, que dispõe sobre reeleição de dirigentes das Instituições de Ensino Superior, mantidas pelo Estado do Paraná.

Não podemos excluir do processo de eleição de dirigentes das Instituições de Ensino Superior, os membros do corpo discente inativos, que muito contribuíram para o excelente trabalho que essas instituições realizaram em prol da comunidade paranaense e brasileira.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio nos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 109/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Estado do Paraná, o Sistema Estadual de Financiamento e Incentivo Fiscal por meio de pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS que realizarem, na forma dessa Lei, aplicações em projetos esportivos independentes e de caráter não comercial e não lucrativo, observando o seguinte:

I - o Poder executivo publicará, com 30 (trinta) dias de antecedência, no Diário Oficial do Estado e em jornal de ampla circulação, edital convocatório em que constarão as normas e os critérios gerais adotados para averiguação, análise, seleção, aprovação e avaliação dos projetos esportivos.

II - a Paraná Esportes, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura para inscrição dos projetos, publicará a relação dos projetos aprovados e os respectivos valores.

Art. 2º - As seguintes áreas são abrangidas por esta Lei:

I - a formação esportiva de base em escolinhas de iniciação para atletas menores;

II - manutenção de selecionados e equipes que representem o município em campeonatos, torneios e eventos de âmbito regional, estadual, nacional e internacional em projetos apresentados pelas respectivas ligas ou entidades;

III - manutenção de atletas que disputem modalidades esportivas e residam no município;

IV - realização de eventos esportivos que destaquem o município em âmbito regional, estadual, nacional ou internacional;

V - recuperação de áreas, parques, praças e pólos esportivos do município;

Art. 3º - Os contribuintes que financiarem projetos relacionados aos esportes poderão compensar até 100% (cem por cento) do valor aplicado com o ICMS a recolher, discriminando em Guia de Informação e Apuração (GIA) ou Livro de Registro de Apuração do ICMS.

Parágrafo Único - Os contribuintes que pagarem o imposto parceladamente também poderão patrocinar os projetos pela presente lei cabendo à Secretaria de Estado da Fazenda definir, com a Paraná Esportes, a operacionalização do sistema.

Art. 4º - Anualmente, através da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado, será fixado o valor possível a ser utilizado em incentivo esportivo, não podendo ser inferior a 1,5% (um vírgula cinco por cento) da receita líquida proveniente da arrecadação do ICMS do ano anterior.

Art. 5º - O incentivo em favor de projetos esportivos, devidamente cadastrados e aprovados nos termos desta Lei, é caracterizado pela transferência de recursos financeiros por parte do contribuinte para o Paraná Esporte, que emitirá as Guias de Quitação e certificados do Incentivo Fiscal.

Parágrafo Único - Os certificados referidos no “caput” terão validade apenas no exercício financeiro respectivo.

Art. 6º - O Estado do Paraná, através da Paraná Esportes, receberá os projetos apresentados pelos Municípios, relacionados ao esporte que pretendam obter o incentivo fiscal, para avaliação, atendidas as disposições do inciso I do artigo 1º desta Lei, através de um conselho específico.

§ 1º - O conselho que se refere o “caput” será composto por:

a) 02 (dois) representantes do Legislativo - Assembléia Legislativa do Paraná;

b) 03 (três) membros diretores do Paraná Esportes,

c) 02 (dois) representantes dos municípios,

- d) 02 (dois) secretários municipais de esporte,
  - e) 01 (um) membro da Secretaria da Fazenda Estadual,
  - f) 02 (dois) representantes das federações esportivas.
  - g) 01 (um) representante das universidades do Paraná,
  - h) 01 (um) representante da imprensa,
  - i) 02 (dois) atletas,
- § 2º - Os projetos apresentados pelos municípios, deverão respeitar o percentual mínimo de 1,5% (um vírgula cinco por cento) proveniente da arrecadação do ICMS do ano anterior naquele município.

Art. 7º - A Paraná Esportes definirá, dentre os projetos regularmente habilitados, aqueles considerados prioritários, aprovando-os a partir de pareceres escritos e segundo critérios de relevância e oportunidade definidos previamente e publicados em Resolução específica, de modo a possibilitar que sejam contemplados, equitativamente todas as regiões do Estado.

Art. 8º - Através de convênio, a Paraná Esportes repassará às secretarias municipais de Esportes, Autarquias ou Fundações Públicas os recursos necessários para a execução dos projetos nas cidades contempladas, que darão destinação específica ao cumprimento do projeto, prestando contas à Paraná Esportes do andamento e resultado obtidos, em prazo a ser fixado.

Art. 9º - No intuito de aumentar a receita do Estado, os municípios que apresentarem maior arrecadação terão o maior número de projetos aprovados, respeitando-se o número de contribuintes e projetos apresentados de cada região.

Art. 10 - Fica vedada, no âmbito desta lei, a utilização de incentivos fiscais quando houve vínculo de parentesco, em até 2º grau, entre patrocinador esportivo e o contribuinte.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

#### JUSTIFICATIVA:

O esporte, independente da modalidade, exerce um papel fundamental no desenvolvimento de nossa sociedade. Incentivar a prática esportiva é solucionar muitos problemas sócio-econômicos que enfrentamos.

Ao incentivar a prática de qualquer modalidade esportiva, a atenção do atleta deixa de ser às drogas, armas, criminalidade, desemprego, baixa auto estima e tantos outros fatores negativos que interferem no dia a dia do nosso Estado. Assim, o esportista começa a obter outros objetivos e, o principal deles é ser campeão, este

fundamental para o crescimento do ser-humano, conforme muitas bibliografias apresentam.

No município, independente do seu tamanho a presença de atletas dá dinamismo ao local. Desperta o orgulho de pertencer àquele município ou torcer pelo atleta que reside na cidade, gerando satisfação em estar naquele ambiente. Cria-se “Ídolos” que difundem ideais de saúde. O trabalho em grupo é outro ponto positivo, pois o atleta precisa do treinador, da equipe, da torcida e a torcida precisa do atleta. Tudo isto reflete positivamente no ambiente, melhorando o bem-estar geral.

Muitos problemas sociais são solucionados por meio da prática esportiva, gerando o desenvolvimento econômico, pois uma pessoa saudável é capaz de produzir mais e melhor no local de trabalho, conseqüentemente gera recursos individuais ou familiar. Além disso, uma pessoa com auto-estima positiva é capaz de envolver-se com as causas sociais, despertando o espírito solidário.

Muitos problemas em favelas, locais perigosos, foram solucionados por meio do incentivo ao esporte aos moradores daquela comunidade.

Além disso, o esporte é benéfico para a saúde do cidadão. Por meio de prática, é possível atingir uma melhor qualidade de vida, fundamental para qualquer ser-humano.

Portanto, incentivando o esporte, independente da modalidade, justificamos o famoso slogan: Esporte é saúde. Saúde individual e coletiva.

#### PROJETO DE LEI Nº 110/2001

Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente e Recreativa Olympique, com sede e foro na cidade de Curitiba, neste Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.2001.

(a) TONY GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente e Recreativa Olympique, foi fundada em 18 de janeiro de 1991, no bairro do Sítio Cercado nesta cidade de Curitiba elegendo a sua primeira diretoria em 12 de julho de 1992, tendo sede e foro nesta Capital.

É uma entidade comprovadamente, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica para existir por tempo indeterminado, só podendo ser extinta com a anuência de dois terços de seus associados.

Sua atual diretoria, foi eleita e empossada no dia 25 de janeiro de 2001, assim constituída: presidente: Adelson Batista, vice-presidente: Raimundo Pinheiros de Jesus; 1º secretário: Luiz Carlos Urias; 2º secretário: Syd-

ney Michalski Cruz. 1º tesoureiro: Levingstone da Silva, e outros diretores.

A Sociedade Beneficiente e Recreativa Olympique desempenha um bom trabalho de atendimento social, cultural e esportivo para a comunidade curitibana, razão pela qual propomos a sua declaração de utilidade pública.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedemos a palavra ao deputado Beraldin.

#### O SR. BERALDIN

Senhor presidente, presido nesta Casa a Comissão de Meio Ambiente. E em companhia dos deputados que compõem a comissão, deputada Luciana Rafagnin, deputados Fernando Ribas Carli, Kielse, Algaci Tulio, Ademir Bier, membros da Comissão de Meio Ambiente, juntos estamos tratando de um assunto muito importante, sobretudo levantando a história da questão da mineradora que explorou ouro, prata e riquezas minerais da região do Vale da Ribeira.

Na verdade, já fizemos algumas reuniões e, entre elas ouvimos os médicos que trabalham na empresa ao longo do tempo, ouvimos, também o gerente da empresa, populares, o atual proprietário, buscamos junto à Junta Comercial do Paraná o nome de todas as empresas que exploraram aquela mineradora ao longo do tempo.

Estamos buscando os nomes de todas as pessoas que compuseram as empresas, também. enfim, estamos trabalhando com a companhia do Ministério Público Estadual.

Ouvimos também o relato da Unicamp quando fomos a Adrianópolis e a Universidade disse: estamos fazendo um trabalho com 99 crianças. Crianças que vivem perto da Vila Mota, aonde já milhares de caminhões de resíduos de chumbo e de resíduo industrial que contém chumbo e naturalmente o que visualizamos é que lá ouve, sem sombra de dúvida, um grande prejuízo humano, quando aquela mineradora, nos idos de 1960 a 80 poluiu o ar. Com certeza ainda não confirmado, porque agora é que começamos um trabalho; poluiu o solo e naturalmente, contaminava as pessoas e sobretudo contaminava as pessoas e sobretudo contaminava com chumbo as crianças de zero a sete anos de idade.

Foi confirmado pelo doutor Osman Barcik que na empresa existia uma pessoa só para fazer caixão para enterrar os “anjos”.

Vejam vocês que no município vizinho, ao lado de São Paulo, a Câmara Municipal chegou a fazer uma sessão para proibir que as pessoas que morressem em Adrianópolis fossem enterradas no município do lado de lá.

O que se constata é que enquanto havia ouro, que segundo um responsável pela empresa era retirado, uma média, nos tempos de maior sucesso, até cem quilos de ouro/mês e 4 tons de prata, ninguém falou nada. Não houve a presença do Ministério do Meio Ambien-

te, não houve a presença do Ministério do Trabalho, não houve a presença da Secretaria, do Ministério Público, da Saúde Pública. Tudo estava muito bem. Vejam a que ponto que nós chegamos neste País. Logo aqui, a 120 km, uma região pobre, uma região sofrida, pobre para aqueles seres humanos simples, que lá vivem mas com certeza muito rica, talvez uma das regiões mais ricas desse País, se contarmos a riqueza que possui aquele sub-solo.

Então, ontem tivemos a oportunidade de ouvir também o representante da Unicamp, que veio aqui para relatar um estudo que a Universidade estaria fazendo entre as crianças de 7 a 14 anos. Vejam os senhores, o doutor Capitani relatou o seguinte:

Nós estamos fazendo um estudo, preliminar, portanto, não é um estudo conclusivo.

Aí qual foi a nossa surpresa? No jornal de hoje na “Gazeta do Povo”, diz: “Unicamp afasta risco de contaminação por chumbo. “Aí, falei com o doutor Eduardo Capitani, e lhe perguntei. Qual é a diferença de contaminação e intoxicação?

Ele disse: deputado, a contaminação está mais do que evidenciada. Não só pelo nosso relatório aqui, mas pelo relatório dos médicos que atuaram na empresa, e que denunciaram isso ao longo do tempo. Agora, intoxicação, significa um cidadão necessitando de uma emergência médica, ou seja, alguém que está precisando de um internamento rápido por conseqüências que debilizem o cidadão”.

Não sei porque o governo do Paraná, ao invés de auxiliar essa Comissão de Meio Ambiente ao invés de nos acompanhar todos os dias, fica no Palácio Iguaçu trabalhando por baixo, através da sua Secretaria de Comunicação, tentando reverter o irreversível, tentando esconder aquilo que jamais pode ser escondido, porque, se há uma coisa que temos que tratar com responsabilidade, meus irmãos, é a saúde do cidadão. Do cidadão que precisa da mão amiga do governo. Para que existe governo, se não é para atender aqueles que não tem perspectiva de emprego, se não é para atender um povo que não tem sequer um hospital.

Então meus amigos, o governo do Paraná deve, sobretudo, colocar alternativas de emprego.

Auxílio imediato às pessoas que precisam de alimentação.

Uma intervenção oficial. Não uma intervenção de helicóptero, para que sobrevoe o Vale da Ribeira, mas aquela como eu e o deputado Algaci Tulio fizemos. Fomos pessoalmente conversar com a população e a população relatou a sua história. E olha, o homem simples, quando indagado, fala com o coração. E nós ouvimos essas pessoas com sinceridade, colocando a experiência vivida, o drama vivido.

#### O SR. CLEITON KIELSE

Concede-me um aparte?

**O SR. BERALDIN**

Eu estou no grande Expediente. E isso naturalmente, permite que eu ceda um aparte ao também representante histórico do Vale da Ribeira, o deputado Kielse.

**O Sr. Cleiton Kielse**

Senhoras e senhores deputados. O deputado Neivo, brilhantemente, junto com o deputado Algaci acompanhou a realidade do Vale do Ribeira, a realidade que temos mostrado há tantos anos, que temos tentado modificar, aonde em muitos pontos conseguimos muitas vitórias. Mas essa direcionada à empresa Plumbum era uma dívida histórica que a empresa tinha com os habitantes, principalmente de Adrianópolis, uma dívida na área da saúde, na área moral, na área institucional e na área econômica, porque a partir desta denúncia da USP, da Unicamp, foram identificados vários pontos que não tínhamos informações da rentabilidade quando ainda a empresa funcionava, deputado Beraldin.

A questão do ouro, a questão da prata, a questão da importação de produtos como Vossa Excelência acompanhou e verificou que o ambiente de trabalho era insalubre e que muitas mudanças foram feitas, mas muitos resíduos até do passado ainda estão alocados não só na questão mineral, mas principalmente na questão humana, na questão das pessoas que lá sobrevivem e estão ainda com os males da época quando a empresa funcionava.

Por isso estamos numa época diferente, deputado Beraldin, com o asfalto chegando lá, graças a Deus, e tenho que pagar uma promessa ainda dentro da região. Estaremos enfrentando um outro dilema, deputado Beraldin. Como é que as pessoas humildes que Vossa Excelência conhecem e sabe que são pessoas com um grau de analfabetismo absurdo perante os demais municípios do Estado, vão enfrentar a globalização quando o Estado de São Paulo entrar com tudo na região do Vale do Ribeira. Temos que levar saúde, temos que fazer com que o hospital que construímos lá seja reaberto, fazer com que Vossa Excelência e os demais deputados também tenham, não esta boa vontade que Vossa Excelência está tendo neste momento, mas estejam em parceria conosco, porque o Vale do Ribeira, com certeza é uma das regiões mais belas do Estado do Paraná e tenho certeza que a partir destas denúncias, a partir da Unicamp, USP e demais entidades que lá estiveram, teremos um outro enfoque, e, pela sua presidência na Comissão de Meio Ambiente, também teremos uma atenção diferenciada pelo governo do Estado do Paraná e quiçá pelo governo federal que já está nos atendendo pelo menos no asfalto.

Parabéns, deputado.

**O SR. BERALDIN**

Muito obrigado pelo aparte, deputado Kielse.

Agora dá para entender por quê os anos se passaram e o asfalto lá não chegou. Claro, uma região que rende esta quantidade de ouro, quem quer asfalto. Os humildes querem asfalto que estão atolando o ônibus, que

não estão, que não estão conseguindo sair de lá, sai de fusca fica atrapalhado.

Perguntei para o gerente: por onde é que saía o ouro? Saía por terra? Saía por água? Quem eram os principais compradores desse ouro? Pedimos informações à Caixa Econômica Federal para que ela nos informe oficialmente da movimentação financeira.

Então, alguém disse na comissão: não, a Plumbum atendia todas as pessoas, não só aquelas que eram funcionários da Plumbum com caixaão; a Plumbum atendia os moradores também que não eram funcionários. Perguntei: mas se atendia com caixaão, não era melhor atender com uma atenção na saúde, na alimentação? Aí esta resposta fica no ar.

Então, há pouco tempo atrás me opus aqui à idéia de construir uma usina, o Grupo Votorantin queria construir uma usina no Vale do Ribeira exatamente ali em Adrianópolis. Perguntei para o grupo o seguinte: vocês querem construir uma usina e a energia vai gerar emprego e renda aonde? Não, vamos fazer uma fábrica de alumínio em São Paulo e a energia vai para esta fábrica de alumínio.

Bom, aí naturalmente a receita do Estado foi embora. Simplesmente vai gerar emprego e renda numa fábrica de alumínio em São Paulo. Por quê o Grupo Votorantin não diz que quer construir essa usina aqui no Paraná e criar uma fábrica de alumínio aqui, para render ICMS no Estado do Paraná? Estas questões estão no ar.

Graças ao meu amigo Fábio Feldman, que foi secretário do Meio Ambiente em São Paulo e deputado federal, que conseguiu sustar essa obra na Justiça. Espero que os deputados e o governo do Paraná, o dia que for permitir um grupo construir uma usina hidrelétrica, que olhem esta questão econômica para o nosso Estado. E não só que os interesses sejam feitos entre poucos, enquanto muitos não têm perspectiva. Temos que alavancar a nossa receita de ICMS do Estado - pode ser aí uma alternativa. Mas a fábrica de alumínio, a energia gerada aqui, por uma empresa que vem de fora, tem que ser aqui no nosso Estado do Paraná.

Concedo uma parte ao deputado Algaci Tulio.

**O Sr. Algaci Tulio**

Deputado Beraldin, Vossa Excelência vem à tribuna desta Casa e é muito importante que se diga a esta Casa, o trabalho que esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente vem fazendo. Já são quatro reuniões que fazemos, tratando deste caso de Adrianópolis, onde as sessões têm demorado pelo menos três horas, três horas e meia, com a sua presença como presidente, dos deputados Kielse, Ademir Bier, Luciana Rafagnin e Geraldo Cartário. Essa comissão está levando muito a sério essa questão de Adrianópolis.

Queremos resgatar aquilo que lamentavelmente - e políticos de outras épocas, infelizmente, talvez, por motivos que não sei, não tomaram uma posição de cobrança efetiva da situação do Vale da Ribeira.

O Vale da Ribeira é rico não só pela natureza que tem, pelos seus recursos naturais, pelo minério, ouro, chumbo, metal e prata. Lá, americanos e franceses se instalaram, explorando a mão-de-obra barata e até escrava, segundo depoimentos que tomamos em nossa visita na região.

Ontem, mais uma vez o médico Osman Barcik reafirmou: duas ou três pessoas morriam por dia, naquela região. A empresa tinha mesmo dois funcionários só para fazer caixões, ao ponto que, em determinado momento, a Câmara Municipal de Ribeira, que fica na divisa, tomara a decisão de proibir o sepultamento de pessoas de Adrianópolis, nesta cidade.

Estamos mexendo, deputado Beraldin, em uma situação esquecida, porque as mineradoras foram embora, não tem mais nada lá, a coisa fica como está, tudo bem, fica o resíduo, o meio ambiente totalmente contaminado.

É bom dizer, deputado Beraldin, que ontem ainda, na nossa reunião que foi importantíssima, com a presença de autoridades ligadas à área da medicina do trabalho, à área de contaminação, de toda essa situação, que a cada dia a gente aprende mais e sente que o povo está cada vez mais desprotegido, especialmente, nesta questão do meio ambiente e da contaminação.

Hoje, pela manhã, eu entrevistava o médico que veio da Unicamp, Capitani, e ele desmentia no ar, no meu programa de rádio, a matéria divulgada hoje pelo tradicional e respeitado jornal Gazeta do Povo.

Não consigo entender e acho que devemos fazer uma visita ao doutor Francisco da Cunha Pereira para alertá-lo, porque foi o próprio jornal que começou uma sequência de reportagens, trazendo a situação grave do município de Adrianópolis. Em cima do que o jornal começou a publicar, fomos também atrás de buscar a verdade. Matérias assinadas pelo jornalista, profissional, reconhecido, companheiro Jorge Javorski.

Para surpresa nossa depois que a comissão esteve em Adrianópolis já não estava mais o Jorge na cobertura, e ele esteve lá, várias vezes ele foi lá, ao vivo, e viu exatamente a situação de Adrianópolis. Curiosamente tiraram o Jorge da cobertura e colocaram um cidadão de nome Renan e se não me engano, que me parece, segundo o médico me dizia hoje pela manhã, Capitani, esse cidadão o persegue por todas as partes do Brasil aonde ele, Capitani, vai fazer palestras, onde ele vai falar sobre contaminação.

Quer dizer, o que está havendo por trás disso, será que o doutor Francisco está sabendo disso, desse comportamento estranho desse jornalista, que segundo companheiros de redação, e não vou aqui mencionar nomes, disseram que tem um comportamento totalmente estranho? Ele entra numa parte reservada da redação onde só ele fica, não cumprimenta ninguém, não tem envolvimento com os demais companheiros da reportagem, da Redação, quer dizer, situação interessante.

E outra coisa, deputado Beraldin, sequer ontem ele estava aqui na reunião, como é que pode assinar uma matéria sem ter conhecimento do teor do que foi discutido aqui, o que é pior, desautorizou Vossa Excelência como presidente ao dizer que a Comissão não vai ouvir mais ninguém no caso? É um absurdo.

Nós precisamos alertar o doutor Francisco, esta Casa e todos nós temos o maior respeito pelas campanhas que faz o jornal Gazeta do Povo, pelas campanhas paranasistas em defesa do nosso Estado, e de repente um jornal que começa uma campanha onde mostra a situação grave de Adrianópolis, o próprio jornal se desautoriza quando um outro jornalista assume essas matérias e coloca coisas que não são verdadeiras.

Então, queria dizer a Vossa Excelência que, independente desta matéria, porque os outros jornais acabaram fazendo matérias boas, mostrando realmente a realidade dos fatos. A Comissão não se abate, a Comissão vai em frente. E não é só Adrianópolis, não é só a questão da mineradora Plumbum; nós temos outros casos sérios, e a comissão não vai esperar que um dia, Deus nos livre que um dia aconteça, que um dia de repente o grupo Ermírio de Moraes abandone Rio Branco do Sul e não toque mais a Votorantim lá, e aí vai deixar todo aquele resto, todo aquele lixo lá e a população contaminada pela poeira do calcário. Essa Comissão vai muito a fundo na questão do meio ambiente, e nós evidentemente vamos visitar outros municípios, denúncias estão chegando a cada dia.

Recebi aqui, deputado, não vou dar ciência ao Plenário porque é uma denúncia muito grave, e com relação à questão de Adrianópolis, não vou revelar, é um documento gravíssimo, confidencial, e que nós, reservadamente na Comissão, vamos fazer uma análise sobre isso. Mas vamos em frente, deputado Beraldin, quantas pessoas morreram, deputado Ângelo Vanhoni? Três pessoas por dia morriam naquela mineradora quando ela estava no máximo da sua exploração! Como é que essas pessoas morreram, que laudo existe, que tipo de atestado de óbito, aonde estão enterradas, que garantia foi dado às famílias? São coisas sérias.

Que pena que não puderam os demais parlamentares acompanhar as outras três sessões que nós fizemos, para ver a grandiosidade do depoimento do doutor Osman, que o próprio deputado Cartário elogiou aqui no Plenário, Lá na comissão também, a riqueza de informações que nós obtivemos. Então, isso é muito grave. Foi embora a riqueza do Vale da Ribeira, ficou a destruição, ficaram pontos minados ainda, pontos contaminados ainda como disse o doutor Capitani aqui também ontem, na nossa comissão.

Então, quero parabenizá-lo e dizer que nós vamos em frente nesse trabalho, e atinja a quem atingir, interesses de quem, não nos importa neste momento, o que nos importa na verdade é a preocupação, nem tanto com outros fatores, o fator econômico de quem ganhou

dinheiro, de quem levou ouro, mas questão da saúde daquela população, coisa séria.

É este o meu aparte, deputado Beraldin.

Muito obrigado.

#### O SR. BERALDIN

Muito obrigado, deputado Algaci Tulio, pela colaboração constante, e pela determinação junto conosco nesse objetivo. A mesma determinação encontramos nos demais deputados.

Quero dizer à Vossa Excelência, os deputados, que tenho pelo doutor Francisco uma enorme admiração. Naturalmente, nem tudo o que acontece na redação, ele pode estar ciente.

Agora, esse jornalista jamais nos entrevistou. Jamais quis saber da verdade. E, também, quero dizer aos deputados, que nós estamos em busca do laudo conclusivo, afim de que, o Ministério Público, possa assim, ter respaldo legal, para uma ação judicial, que com certeza, vai abranger, todos os proprietários daquelas empresas que operaram.

Estamos atrás do laudo conclusivo do IAP, no sentido de que fique comprovado que há a contaminação no solo. Estamos, enfim, atrás de instrumento legal, para poder seguir em frente, nessa ação. E vamos pegar gente muito graúda.

Já tenho informações de que um diretor da Agência Nacional de Petróleo, que foi um dos sócios dali, já é diretor da Agência Nacional de Petróleo. E, vamos buscar todas as pessoas, da onde vieram, como vieram, como foram, e para onde foram.

Com muito prazer, concedo aparte ao deputado Ângelo Vanhoni.

#### O Sr. Ângelo Vanhoni

Em primeiro lugar quero parabenizar a atuação da Comissão do Meio Ambiente. O seu trabalho, deputado Beraldin, e o trabalho do deputado Algaci Tulio, e dos demais membros desta Comissão, o empenho e a dedicação, que estão dando para esta questão da Adrianópolis.

Confesso à Vossa Excelência que tenho acompanhado muito mais pela intervenção do senhores deputados, nobres colegas aqui no plenário, trazendo as notícias. Fiquei preocupado com a revelação a respeito do problema jornalístico, porque eu acho que um dos principais trabalhos que a imprensa faz, é esse trabalho de investigação. E infelizmente, na tradição da imprensa do Estado do Paraná, nós temos uma iniciativa muito tímida, no ponto de vista desse trabalho investigativo, a respeito dos problemas da nossa sociedade.

A sugestão que quero fazer é que, caso Vossa Excelência e a Comissão de Meio Ambiente acatem a sugestão do deputado Algaci Tulio, a solicitação que deveria ser feita, no sentido, do diretor-presidente da Gazeta do Povo, que é o doutor Francisco Cunha Pereira, que também acredito não está a par de tudo isso que está acontecendo, mas que demonstre a ele a importância que

o jornal teve para desvendar, para desvelar, e para contribuir, para que uma situação terrível por que passam os habitantes de Adrianópolis, possa ser diminuída ou melhorada.

Dada a relevância do trabalho de investigação, feito por jornalistas, ou pela linha editorial adotada pela Gazeta do Povo, acho que caberia alertar o diretor-presidente deste jornal, doutor Francisco Cunha Pereira, para não interromper esta linha, direção, dos seus trabalhos. E, alertá-lo pela troca de jornalista, pela talvez, inabilidade com a condução, pelo jornalista atual que vem tomando à frente desse trabalho.

Acho que o objetivo da ida, ao diretor-presidente da Gazeta do Povo deveria ser nesse sentido, de revelar, de trazer à luz a importância que a Gazeta do Povo vem também tendo neste caso, e a interrupção que pode ter com a troca do jornalista da linha editorial. Este é um enfoque que nós devíamos levar, porque o trabalho da investigação da imprensa é fundamental, e essa tradição nós precisamos reafirmar na imprensa do Estado do Paraná.

Era só isso, e o senhor pode contar com nosso apoio. E, se for convidado a participar das reuniões da Comissão do Meio Ambiente, se tiver disponibilidade de horário, que não esteja comprometido com o trabalho de outras Comissões, pode contar com o meu empenho.

#### O SR. BERALDIN

Muito obrigado pelo aparte, deputado Vanhoni.

Vossa Excelência, é movido pela indignação, exatamente pelas injustiças que são cometidas em cima de pessoas que não têm como se defender.

Antes de conceder o aparte ao deputado Pessuti, gostaria de dizer ao deputado que compõe a Comissão do Meio Ambiente que na segunda-feira, às 10:00 horas da manhã, teremos uma nova reunião, e vamos tentar trazer a USP; já fiz contato com a representante da USP, que é a Andréa que está lá em Adrianópolis fazendo uma pesquisa, inclusive ela está morando em Adrianópolis por determinação da USP, e ela tem essa pesquisa de 99 crianças, que já dão o resultado preliminar que demonstra que o balizador de chumbo no sangue é até 9 miligramas, e tem crianças até com 36, e isso está em nossas mãos. Temos também um relatório do doutor Ademir Galvão Spindola, que relata a situação não só de Adrianópolis mas também de Santo Amaro, na Bahia.

Mas, senhores deputados, membros da Comissão de Meio Ambiente, foi deliberado ontem na Comissão, para que possamos convidar, e já está convidada a Fundação Boticário e a Fundação SPVES. Por que isso? Nós queremos saber o que essas fundações, essas Ong's estão fazendo. Nós queremos saber sua movimentação financeira, queremos saber quem são os seus parceiros, porque é que estão comprando todas as áreas de Guaraqueçaba e Guaratuba, em conluio com grupos norte-americanos, estão comprando a preço baixo, e lá se vai a nossa biodiversidade, lá se vai a nossa riqueza.



Então terá uma oportunidade a Fundação Boticário e a Ong's SPVS, para expor na Comissão, como convidados, aquilo que estão fazendo, porque tenho informações extra-oficiais que o Palácio Iguaçu interferiu fortemente junto a Brasília, para que essa Fundação Boticário recebesse uma certidão para receber recursos internacionais. Quais são esses recursos e quantos são? Essa é uma questão que também eles terão a oportunidade de relatar perante a Comissão de Meio Ambiente acompanhado do Ministério Público.

Concedo o aparte ao deputado Orlando Pessuti, com muito prazer.

#### **O Sr. Orlando Pessuti**

Deputado Beraldin, no momento que aparteio Vossa Excelência, manifesto também a alegria de estarmos recebendo nesta Casa, a deputada Vera Agibert, seu esposo o deputado Gilberto Agibert, da querida Prudentópolis que por muitos anos contribuíram com o seu trabalho para esta Casa.

Quero cumprimentá-lo, deputado Beraldin, pelo trabalho que vem desenvolvendo na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, e também, por extensão, cumprimentar o deputado Algaci Tulio, não só pelo trabalho que vem desenvolvendo na Comissão, mas por aquilo tudo que falou hoje de manhã no programa que ele conduz na Rádio Clube Paranaense. Tive oportunidade de ouvir a entrevista do médico, e digo a Vossa Excelência que realmente fiquei estupefato com a leitura da notícia que estava na Gazeta do Povo, e depois fiquei mais tranqüilo com a firmeza do médico que disse: este jornalista está mentindo, ele é mentiroso, não foi isso que eu disse perante a Comissão de Ecologia, e eu quero cumprimentá-lo por esta questão, por aquilo que Vossa Excelência sugere agora em relação aos recursos que são repassados a essa Ong's, a essas instituições, a essas empresas, e mais uma vez agradecer-lhe pelas diversas manifestações que têm feito e faço um apelo à Presidência da Casa, para que na próxima reunião do Colégio de Líderes com a Presidência, discuta a oportunidade de colocarmos como um dos projetos a ser analisado em caráter prioritário por esta Casa, aquele da nossa autoria que institui as auditorias ambientais, porque, se nós tivermos instituídas a possibilidade das auditorias ambientais, aquela vossa idéia deputado Beraldin, do inventário ambiental, eu tenho certeza que coisas como esta que estão acontecendo em Adrianópolis, coisas como aconteceram como o derramamento de petróleo na Baía de Antonina, em Paranaguá, aqui no rio Iguaçu, tenho plena convicção se nós tivermos uma lei instituindo as auditorias ambientais que diga-se de passagem, é um legislação que o próprio governo do Estado, através do Instituto Ambiental do Paraná, e da Secretaria do Estado e do Meio Ambiente vê-la aprovada.

Tanto que a proposta que hoje existe tramitando nesta Casa, ela é fruto de um substitutivo, na ocasião assinado pelo ex-deputado Walmor Trentini, que até a pouco

estava aqui conosco também, e que foi essa proposta de Substitutivo Geral elaborada em cima de argumentos e sugestões da própria Secretaria de Estado e do Meio Ambiente.

Então, cumprimento Vossa Excelência por aquilo que vem fazendo, não só agora em defesa do meio ambiente, deputado Algaci Tulio, pelo esforço que você está fazendo.

Faço um apelo ao presidente Hermas Brandão, para que na próxima reunião de líderes, já que se trata de um projeto de certa forma polêmico, que ele discuta com as lideranças a inclusão desse projeto na Ordem do Dia.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nobre deputado Beraldin, o seu tempo está esgotado e concedo um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

#### **O SR. BERALDIN**

Senhor presidente, apenas então aproveito esse minuto para dizer que estamos de acordo com o deputado Pessuti, no que se refere às auditorias ambientais. E sugerimos o inventário ambiental.

A empresa que encerra a sua atividade tem que receber um laudo de que encerrou sem deixar o residual para que as futuras gerações humanas, para que a população atual possa ter um meio ambiente equilibrado e reafirmar mais uma vez aos senhores deputados, e nós cada dia verificamos como é importante ter essa tribuna e ter um mandato popular.

Temos momentos de dificuldade do outro lado, verificamos que ainda temos muito o que fazer e cumprimento os deputados assíduos da comissão, a deputada Luciana Rafagnin, deputados Ademir Bier, Cartário, estão todos, constantemente, num único ideal de defender a qualidade de vida do povo do Paraná.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Questão de Ordem, deputado Waldyr Pugliesi.

#### **O SR. WALDYR PUGLIESI**

Senhor presidente é para uma questão de esclarecimento para o desenrolar dos trabalhos nesta Casa.

Alguns dias atrás, Vossa Excelência tem conhecimento que a bancada do governo, o líder do Governo, a Liderança das Oposições e todas as Lideranças acertaram, acordaram, num acordo de cavalheiros, que as questões pertinentes à Copel teriam prosseguimento após a vinda a esta Casa do presidente da Copel, de representantes que exporiam aqui as idéias daqueles que são contra a privatização da Copel e, também, a esta Casa viriam aqueles que querem fazer a venda da principal empresa que nós temos aqui no Paraná.

Nós entendemos, senhor presidente, que antes do cumprimento desta etapa, que foi acertado, volto a repetir, num acordo de cavalheiros, nada que fosse pertinente ao assunto deveria ter encaminhamento na Casa. Tanto é que questionamos a anexação de todos os projetos que falavam da proibição da venda da Copel. Estamos questionando porque temos conhecimento que a Liderança do Governo está com alguns requerimentos onde pedem Regime de Urgência para se caminhar rapidamente neste sentido. Ontem ainda, vimos aqui - me perdoem fazer esta crítica - mas vimos nesta Casa, ontem, a ausência do necessário "fair play" que muitas vezes é necessário que esteja presente, com a retirada de todo mundo, num ato de deselegância da Casa em relação aos palestrantes.

E, hoje, no nosso entendimento, senhor presidente aquilo que acordamos, que ficou pré-estabelecido, está sendo atropelado pela Liderança do Governo, que vem com vários Regimes de Urgência.

Gostaria de perguntar a Vossa Excelência o seguinte: está em pé o acordo de cavalheiros que fizemos? Foi fracionada, eliminada esta caminhada que tínhamos que cumprir? A presença do presidente da Copel, a presença dos favoráveis à privatização e os que são contra? Ou como é que estamos? Vossa Excelência não convidará, não teremos nesta Casa os defensores chamados pelo governo, para defenderem a privatização da Copel? Afinal de contas, como é que ficamos, senhor presidente?

#### O SR. BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, o assunto da Copel me parece pertinente à questão ambiental. Solicito a Vossa Excelência, se possível for, que este assunto passe pela Comissão de Meio Ambiente, da mesma forma que ele tramite pelas outras comissões, mas muito particularmente, pela Comissão de Meio Ambiente, que é um assunto que tem a ver.

#### O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, nobres deputados, comunico oficialmente a esta Casa que no nosso entendimento, o acordo que foi feito junto à Oposição está plenamente satisfeito e foi mantido, haja vista que procuramos, deputado Waldyr, não colocar os regimes de urgência antes que as Oposições trouxessem seus debatedores.

Efetivamente chegamos à conclusão que a situação, tendo em vista a presença do secretário Ingo nesta Casa a semana próxima passada e que as explicações do secretário Ingo foram tecnicamente perfeitas e satisfizeram todas as dúvidas que tinham os deputados de Situação, resolvemos abrir mão, declinar de convidar debatedores para virem, em nome da privatização da Copel, trazer este assunto novamente a esta Casa.

Como tivemos a paciência de aguardar até a data de hoje, porque ontem foi o debate da Oposição, temos plena convicção de que o acordo foi mantido, razão pela qual, como declinamos de trazer novos debatedores, abri-

mos e colocamos em discussão, em votação, os Regimes de Urgência de três projetos de lei, que é o do deputado Tony Garcia, que é o do deputado Orlando Pessuti e outros deputados da Oposição e também do deputado Cezar Silvestri e Marcos Isfer.

Razão pela qual, senhor presidente, abrimos mão e colocamos o Regime de Urgência, haja visto que o autor não retirará o requerimento de Regime de Urgência e também não cabe, neste momento, adiar esta discussão. Regime de Urgência tem que ser votado quando é posto à mesa.

Muito obrigado, senhor presidente.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, acho que a questão de ordem levantada pelo deputado Waldyr Pugliesi e agora também em questão de ordem o deputado Durval Amaral, traz a nós, com toda clareza, que o acordo estabelecido não foi cumprido e as etapas não foram todas cumpridas. Porque somente agora e neste instante, após a Questão de Ordem levantada pelo deputado Waldyr Pugliesi é que o deputado Durval Amaral, representando a Bancada do Governo, vem e diz que não mais convidarão as pessoas para virem defender a venda da Copel.

Entendo que tínhamos um acordo das Lideranças. Tenho comigo, que também participei das conversações, que culminaram com a vinda do doutor Ingo, com a vinda, ontem, do doutor Rossafá e doutor Pugnaroni e que incluía, neste acordo, uma terceira rodada de conversações, no Plenário, que seriam de autoridades personalidades e técnicos, pessoas que defendiam e defendem a venda da Copel.

Por esta razão, entendendo que isto foi fruto de um entendimento de Bancadas de Lideranças e que teve a anuência e concordância de Vossa Excelência, que este assunto só pudesse ser retomado após a reunião do presidente com o líderes partidários, com o líder da Oposição, o líder do Governo, porque senão o acordo que foi feito não estará sendo cumprido e estará sendo desrespeitado, o que é possível de ser, desrespeitado.

Mas não é recomendável a um Parlamento, onde os acordos devem, muitas vezes, prevalecer inclusive aquilo que dispõe o Regimento, para o bom andamento dos trabalhos de uma Casa Legislativa.

#### O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, na última segunda-feira, como é habitual a iniciativa de Vossa Excelência, tivemos uma reunião, onde estavam o presidente, Hermas Brandão, o deputado Durval Amaral e eu, tanto representando a Comissão Executiva como também, naquele momento, representando os interesses da Oposição. E claramente foi falado entre nós três, e naquele momento não fui comunicado nem pelo presidente da Casa e muito menos pelo líder do Governo, que teríamos outro trâmite a não ser que eu deveria, imediatamente, dar um retorno ao presidente de que nossos palestrantes viriam ou não e que na

semana próxima teríamos a presença - ou nesta quarta-feira - dos técnicos debatedores não oficiais, que defenderiam a privatização.

Inclusive, este foi um pedido que o deputado Durval Amaral e Vossa Excelência fizeram a mim e levei ao nosso líder, naquele mesmo dia, às 11 horas da manhã. Fizemos uma reunião que foi até uma hora da tarde, um intenso debate entre nós e comunicamos, de forma oficial, fomos lá, em, pelo menos dez deputados de Oposição, e comunicamos ao presidente que faríamos então, o trâmite normal, de acordo com o acordado, e traríamos o representante, como foi ontem. E esperaríamos a vinda do representantes, o debatedor oficial do governo.

E quero que este compromisso seja cumprido, deputado Durval Amaral. Não quero ver, nesta Casa, transformarmos num campo de batalha, porque se for para o vale-tudo, vamos jogar politicamente. Se for para o vale-tudo, como aconteceu com o requerimento de congratulações ao Ingo Hübner, que não fomos informados, a coisa vai ficar muito ruim. E todos sabem que fui extremamente comedido quando falei, na tribuna desta Casa, que foi motivo de pauta da imprensa, na segunda-feira, da questão do jornalista Sebastião Neri e Claudio Humberto. Fui extremamente comedido.

Podemos avançar nesta questão. Mas, não quero fazê-lo, na medida em que os compromissos não forem sendo cumpridos. Sou uma pessoa de caráter, de boa postura. Acordo de Plenário, "fio de bigode", vale mais que assinatura em documento.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Como presidente da Casa, vou suspender a sessão por cinco minutos e convidar o líder da Situação e o Líder da Oposição para uma conversa reservada.

Está suspensa a sessão.

(Sessão suspensa)

Está reaberta a sessão.

No Horário das lideranças: PSB, PSC, PST, PSL, PPS, PDT, PT, PTB.

(Declinam)

PMDB.

Com a palavra o deputado Nereu Moura.

#### O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero hoje relatar a esta Casa o encaminhamento que vamos dar a este outro problema que tem criado uma série de discussões no Paraná que é em relação aos Jogos Mundiais da Natureza.

Desde o primeiro evento esta competição tem ocasionado uma discussão muito grande no Paraná. Há dias atrás eu fiz aqui, nós fizemos aqui um pedido de informações ao governo do Paraná solicitando explicações em relação à realização da segunda edição dos Jogos Mundiais da Natureza. Questionamentos simples que foram acolhidos por esta Casa e encaminhados ao governo do Estado.

Questionamentos simples, como por exemplo, nós quisemos saber qual o órgão oficial responsável pela realização dos segundos Jogos Mundiais da Natureza, qual o custo para o governo ou para a empresa com relação à segunda edição desta competição, qual a data escolhida e se a organização dos jogos estivesse sob a responsabilidade de empresas particulares, quais os critérios que o governo utilizou para a seleção dessas empresas.

Perguntas simples, singelas, que no nosso entendimento não haveria dificuldade alguma para ser respondida, tanto é verdade que a Casa acolheu, foi aprovado por unanimidade o nosso pedido de informações.

Por que nós fizemos essas indagações? Porque o governo do Paraná disse que os Jogos Mundiais da Natureza seriam realizados de quatro em quatro anos. Se a primeira edição ocorreu em 1997, a segunda edição teria que ocorrer no ano de 2001 e nós ficamos sabendo por informações de que o governo estaria cancelando a segunda edição dos Jogos Mundiais da Natureza para o ano de 2001.

Pois bem, aprovado o nosso requerimento, ficamos contentes e esperamos ansiosos com as informações que deveriam nos chegar cumprindo o prazo regimental, legal, de trinta dias.

Ontem chegou às minhas mãos, senhor presidente, a resposta do governo do Paraná que foi de um acinte fabuloso, de um desprezo absoluto com este Poder. Disse a resposta do governo o seguinte conteúdo: Consultado a respeito o coordenador da Política e Desenvolvimento do Esporte que é o senhor Armstrong, respondeu que não tinha condições de fornecer nenhuma resposta porque não sabia e não tinha conhecimento de nada em relação àquilo que estava sendo questionado.

Ontem, procurei a imprensa, e conforme o que dispõe a Constituição do Paraná, no artigo Parágrafo 5º, diz que é crime de responsabilidade do secretário de Estado não dar as informações pedidas pela Assembleia ou omitir ou falsear com a verdade. É crime de responsabilidade.

Nós preparamos então, senhor presidente, uma petição arguindo essa situação e procurando colocar o senhor Zigue na condição de réu, como prevê o artigo 90 da Constituição do Paraná.

Hoje pela manhã, 08:00 da manhã, recebi um telefonema do senhor Zigue, que leva a imprensa pela manhã.

Constatou, senhor presidente as nossas iniciativas que ontem havíamos encaminhado à imprensa e disse o seguinte: deputado Nereu Moura, não tinha interesse, não tinha intenção de causar uma situação de entristecimento por parte de Vossa Excelência e nem da Assembleia.

Por isso quero pedir a Vossa Excelência que refaça o pedido, porque aí eu vou responder. Refaça o pedido e nós iremos responder.

Por isso senhor presidente, estou refazendo o Pedido de Informações dando uma outra oportunidade ao coordenador da Política de Desenvolvimento de Esportes

do Governo do Paraná, para que responda singelamente, simples, com simplicidade como é.

Na verdade o que nós pretendemos, coisas que não têm nenhuma dificuldade, que é exatamente quando serão realizados os Jogos Mundiais da Natureza.

Quem é o responsável? Quem irá pagar e quanto irá custar? Agora se o governo do Estado não tem previsão da realização do 2º Jogos Mundiais da Natureza, que diga então que o governo não irá realizar a 2ª Edição de Jogos Mundiais da Natureza.

É isso que nós queremos para que nós possamos esclarecer, senhor presidente.

Vossa Excelência foi tão condescendente com o orador que me antecedeu e está sendo tão duro...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre deputado, já concedi 50% a mais do seu horário.

O SR. NEREU MOURA

Não, Vossa Excelência me concedeu 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Cinco minutos, e agora Vossa Excelência já está com dois minutos além. E nós temos hoje horário estabelecido para encerrar a sessão e Vossa Excelência tem que compreender que nós temos coisas importantes para serem discutidas também.

O SR. NEREU MOURA

Tão importante quanto o assunto que estou trazendo, também?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sem dúvida nenhuma!

O SR. NEREU MOURA

Vossa Excelência foi condescendente com o orador que me antecedeu e Vossa Excelência está sendo muito firme com relação à nossa preocupação, um assunto importantíssimo para essa Casa. Todavia, Vossa Excelência é quem manda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Faço uma sugestão a Vossa Excelência: se inscreva segunda-feira no Grande Expediente e terá 30 minutos.

O SR. NEREU MOURA

Agradeço a bondade de Vossa Excelência e concluo o meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças do PFL, Deputado Custódio. **Desistiu.**

PTB. Encerrado o Horário das Lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA.

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 010/2001, subscrita pelo senhor governador do Estado, constante do expediente encaminhando anteprojeto de lei, dispondo que os Fundos Especiais de Reequipamento Policial - Funrespol, de Modernização da Polícia Militar - FUMPM, Penitenciário-Fupen e de Reequipamento do Trânsito - Funrestran, criados respectivamente pelas Leis nº 6.102/70, 10.236/92, 4.955/64 e 6.264/72, ficam unificados, ensejando personalidade jurídica única, em um só título de receita, caixa, patrimônio e de escrituração contábil, sob a denominação de fundo Estadual de Segurança Pública - Fesp. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Ofício/CTL/SEEG nº 126/2001, subscrito pelo senhor governador do Estado, constante do expediente, comunicando que, conforme autorização concedida através do Decreto-Legislativo nº 003/2001, de 12 de março do corrente ano, se afastará do País nos dias 03 e 04 deste mês, com destino à Argentina, a fim de tratar de assuntos de interesse do Estado do Paraná junto ao Mercado Comum do Sul em Buenos Aires e atendendo convite, participará do seminário "La Dimensión Federal en el Mercosur." **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado como novo membro Titular da Comissão de Constituição e Justiça, bem como também para a suplência. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Sérgio Spada, na qualidade de líder do PSDB, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado que responderá pela vice-Liderança da Bancada do PSDB. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Moyses Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

## ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 006/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Diabéticos e Hipertensos de

Goioerê, do município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Luiziana, com sede e foro no município de Luiziana. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E EMENDA CORRETIVA DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda. Aprovada.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 054/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Clube Beneficente de Mães do Jardim Pinheiros e Planta Helena, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 057/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Pedro do Paraná, com sede no município de São Pedro do Paraná e foro em Loanda. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tapejara, com sede e foro no município de Tapejara. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/2000, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro São Judas Tadeu, com sede e foro no município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 043, de 02.05.2000).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 130/2000

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, a Associação dos Moradores do Bairro São Judas Tadeu, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria,

nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/2000, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito - Roubo de Cargas, que autoriza o Poder Executivo determinar a integração da Fiscalização Tributária com a Delegacia de Desvio de Cargas para o combate ao roubo, furto e desvio de cargas no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E C.S.P... **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 83, de 20.06.2000).**

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO ROUBOS DE CARGAS

#### Relatório Parcial nº 03

Com fundamento no artigo 10, do seu Regimento Interno, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Roubos de Cargas, após discussão e aprovação pela unanimidade de seus membros, abaixo assinados, resolveram emitir Relatório Parcial, justificado pelas seguintes considerações:

1 - Considerando que dos depoimentos tomados pela CPI já foi possível constatar que é imperioso se faça presente a fiscalização tributária estadual nas ações repressivas contra os receptadores de cargas roubadas, afim de que tais ações tenham eficácia e eficiência. Este entendimento é uma constante na opinião das pessoas e entidades que atuam no combate ao roubo de cargas. A prerrogativa da fiscalização tributária de não depender de mandados judiciais de busca e apreensão de mercadorias e bens, faz com que se possa estabelecer, com rapidez e legitimidade, a produção da prova material destes delitos, fundamental e imperiosa, para a punição dos culpados.

2 - Considerando que uma das prioridades e objetivos desta CPI, além da ênfase às medidas de ordem preventiva, é oferecer propostas que assegurem a criação de uma estrutura repressiva devidamente aparelhada para combater o roubo de cargas;

3 - Considerando, que a Constituição do Paraná, artigo 53, X, confere competência ao Poder Legislativo para estruturar e definir atribuições às Secretarias de Estado;

4 - Considerando, finalmente, que além de ferir a segurança pública o roubo de cargas atinge também a receita tributária do Estado, razão suficiente para que seja mobilizada sua fiscalização, e, no caso, de forma integrada às forças policiais para tornar efetiva e eficaz a ação repressiva do poder público.

A CPI dos Roubos de Cargas, pela unanimidade de seus membros RESOLVE submeter à aprovação do Ple-

nário da Assembléia Legislativa do Paraná o presente projeto de lei, o qual objetiva estruturar a Delegacia de Polícia Especializada no Roubo de Cargas com uma equipe de fiscalização tributária que a torne apta e eficaz no cumprimento de seus objetivos.

Sala das Sessões, em 14.06.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Membros da Comissão:

Algaci Tulio, Tiago Amorin Novaes, Luiz Carlos Alborghetti, Cleiton Kielse, Renato Gaúcho, Antonio Baratter, Divanir Braz Palma, Edno Guimarães e Hidekazu Takayama.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 213/2000**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo determinar a integração da Fiscalização Tributária com a Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas para o combate ao roubo, furto e desvio de cargas no Estado do Paraná.

Esta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar verificou que o projeto em tela tem caráter autorizatório, constituindo-se uma mera sugestão ao Poder Executivo não havendo portanto nenhum óbice para sua aprovação.

Diante do exposto, nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 08.08.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI Nº 213/2000**

**P A R E C E R :**

**Relatório**

Trata-se do projeto de lei, de autoria das Comissão Parlamentar de Inquérito - Roubo de Cargas, que visa integrar as ações das Secretarias da Fazenda e de Segurança Pública com a Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas, no aspecto da Fiscalização Tributária, melhorando as condições no combate ao roubo, furto e desvio de cargas no Estado do Paraná.

**Parecer**

Além do contido no inciso X, do artigo 53, da Constituição do Estado do Paraná, onde são conferidos poderes de definição de atribuições das Secretarias, o projeto em tela encontra amparo legal na mesma carta, em seu artigo 140, onde é função do Estado a fiscalização das atividades econômicas.

A mensagem autoriza ao Poder Executivo uma integração da atividade fiscalizadora e encontra respaldo na legislação.

**Voto**

Diante do exposto, este relator manifesta-se Favorável a matéria.

Sala das Comissões, em 18.10.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

LUIZ F. DA SILVA LITRO - Relator

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**PROJETO DE LEI Nº 213/2000**

**P A R E C E R :**

**Relatório**

De autoria das Comissão Parlamentar de Inquérito - Roubo de Cargas, o presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo determinar a integração da Fiscalização Tributária com a Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas, no combate ao roubo, furto e desvio de cargas no Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a presente propositura tem por objetivo estabelecer a participação dos Fiscais da Fazenda Estadual, no processo de prevenção e repressão no roubo de cargas em nosso Estado.

**Conclusão**

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.2000.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Pólo Turístico Religioso - santuário de Nossa Senhora da Aparecida no município de Itaipulândia. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T... Aprovado. (Publ. no D.A. nº 161, de 20.11.2000).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 387/2000**

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 387/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio, autoriza o Poder Executivo a instituir o Pólo Turístico Religioso - Santuário de Nossa Senhora Aparecida no município de Itaipulândia.

Na forma das atribuições desta Comissão Permanente, emitimos nosso Parecer Favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 387/2000.

Sala das Comissões, em 28.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE TURISMO  
PROJETO DE LEI Nº 387/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a instituir o Pólo Turístico Religioso - Santuário de Nossa Senhora Aparecida no município de Itaipulândia.

Sobre a matéria já podemos observar o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Turismo, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa, verificamos como consta da justificativa do projeto em tela, que o município de Itaipulândia ergueu em homenagem à padroeira, uma gigantesca imagem de Nossa Senhora da Aparecida. A imagem leva 600 metros quadrados de pastilhas que revestem o concreto armado e, em seu interior, 80 metros quadrados ovalados onde pessoas de diversos lugares passam para orar e consagrar à Mãe Aparecida - Padroeira do Brasil.

Diante do exposto, somos compelidos a emitir nosso Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 06.12.2000.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TIAGO AMORIM NOVAES - Relator

ITEM 9

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 438/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que altera a Lei nº 12.965, de 25 de outubro de 2.000, que declara de Utilidade Pública a Associação Nova Esperança de Curitiba, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 187, de 13.12.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 438/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Beto Richa, tem por objetivo alterar a Lei nº 12.965, de 25 de outubro de 2000, que declara de Utilidade Pública a Associação Nova Esperança de Curitiba, com sede e foro nesta capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, requerimento nº 782, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Encaminhe-se na forma de sugestão.**

Requerimento nº 785, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 786, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 790, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Encaminhe-se como sugestão.**

Requerimento nº 792, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Verificação de votação.

Para encaminhar, o senhor deputado Beraldin.

O SR. BERALDIN

Senhor presidente, a mais de um ano, apresentei na Casa um projeto de resolução, sustando o ato do Poder Executivo do Estado, do governo do Paraná, que alongou as concessões de ônibus por decreto, visto que mais de 90% das concessões da Garcia, Sulamericana, Princesa dos Campos e outras, especialmente aquela que detém o monopólio no Paraná, o governo resolveu ser generoso e com certeza marcou uma reunião envolvendo a Sulamericana, a Princesa dos Campos, a Garcia, a Graciosa, e num acordão baixou um decreto alongando as suas concessões, por decreto.

Senhor presidente e senhores deputados, como legislador, e como homem público, não posso me omitir diante de um fato tão grave, e diante de um acordão desse gênero. Por isso, ano passado, apresentei este Decreto Legislativo para sustar esse Decreto do Executivo. E como vejo o governo se articulando para acelerar um processo que lhe convém, evidentemente, ele vai também acelerar o processo que não lhe convém, porque afinal, se nós sustarmos o Decreto do Executivo fica desfeito o acordo entre eles.

Então, senhor presidente e senhores deputados, eis que se encontra no Plenário desta Casa, hoje, na condição de aprovar, ou não, esse Regime de Urgência, visto que apresentado esse processo, não teve tramitação sequer na Comissão de Legislação e Justiça, que é de obrigação de um deputado respeitado nesta Casa, que é meu amigo, meu companheiro Basílio Zanusso, aqui, quando Vossa Excelência assumiu a presidência disse: "tudo tramitará normalmente". E Vossa Excelência não tem nada, absolutamente nada, porque Vossa Excelência acaba de assumir a presidência.

Então, o que eu quero? Que esse projeto tramite e que venha a Plenário, e que se torne público um grande acerto feito no passado recente pelo Executivo estadual que em conluio com essas empresas que monopolizam, como já disse, a Garcia, a Sulamericana, a Graciosa, a

Princesa dos Campos, detêm a maioria do transporte intermunicipal de passageiros no Estado do Paraná.

E a passagem está cara, não conhecemos a planilha, não conhecemos a planilha que aponta o caminho do preço da passagem paga pelo povo sofrido que precisa de ônibus no Paraná. Além de que, não sabemos quanto as empresas ganham transportando mercadorias, sonegação de ICMS e tudo mais, aliás, esse assunto é bastante discutido no Estado do Paraná e agora com a palavra os senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Verificação de votação. Senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Beraldin queiram levantar-se.

Quinze senhores deputados.

O SR. BERALDIN

Senhor presidente, se me permite para registro histórico desta Casa, que eu possa pelo menos declinar os nomes de quem foi a favor do Regime de Urgência, vai votar esse decreto e quem naturalmente foi contra.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É um direito de Vossa Excelência. Espero que Vossa Excelência aguarde a conclusão da votação.

Senhores deputados que são contra o requerimento do deputado Beraldin queiram levantar-se.

Trinta e um senhores deputados recusam o requerimento do deputado Beraldin. **Está rejeitado.**

O SR. BERALDIN

Senhor presidente, me permite nominar os deputados que votaram a favor do nosso requerimento.

Deputado Edson Strapasson, deputado Eli Ghelhere, deputado Ademir Bier, deputado Nereu Moura, deputado Waldyr Pugliesi, deputado Caíto Quintana, deputada Luciana Rafagnin, deputado Irineu Colombo, deputado José Maria Ferreira, deputado Orlando Pessuti, deputado Ângelo Vanhoni, deputado Luiz Carlos Zuk, deputado Algaci Tulio, deputado Anibelli e deputado Beraldin.

Senhor presidente, o que se constatou aqui é que “tudo está dominado efetivamente”.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 794, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, levantando uma Questão de Ordem há pouco, nós firmamos a nossa posição de não concordância com aquilo que aconteceu. Tinha sido estabelecido um cronograma que incluía a vinda de defensores da privatização a esta Casa.

A Liderança do Governo, logicamente nessa pressa que o governo tem de fugir ao debate em relação à Copel,

cancelou a vinda daqueles que viriam aqui defender a privatização.

Acho até lógico porque se o presidente da Copel vindo aqui não conseguiu argumentos que fossem convincentes porque eu acredito que os argumentos que venceram alguns deputados não são aqueles do presidente da Copel.

É a minha opinião e eu quero deixar isso aqui bem claro. Pois bem, o que o governo está pretendendo? Atropelar a tudo e a todos. Atropelar a posição da igreja que é contra a privatização da Copel, atropelar a posição da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, atropelar as entidades que têm se colocado contra, atropelar os órgãos de imprensa que tem feito pesquisas que mostram que o povo do Paraná é contra a privatização da Copel. Esses governos nascidos no bojo, do lixo do entulho autoritário ainda que existe nesse País, nasceram lá na ditadura militar, não querem discussão nenhuma. Eles querem atropelar. As maiorias muitas vezes elas são legítimas e esse é o jogo do Parlamento. Muitas vezes, a maioria é ouvida, aí não é maioria, é simplesmente, não estou dizendo que é o caso no momento. Mas, quero dizer que não faz bem à saúde do Estado do Paraná, esse açodamento, da Bancada que não faz outra coisa aqui, a não ser se curvar às determinações do Palácio.

Portanto, nós da Oposição queremos deixar bem clara a nossa posição de não fazermos acordo. Nós somos contra esse atropelamento das discussões nesta Casa. É um tapa na cara do povo do Paraná, que exige discussão e esta Assembléia, que me perdoe, não tem ouvidos para ouvir aquilo que está nascendo nas ruas. Aquilo que é forte nas ruas. É maioria o governo aqui dentro, na rua é uma caixa-panch (?) de minoria. É triste! É triste, quando a gente vê que a minoria nesses casos se sobrepõe a maioria. Nós encaminhamos à votação contra os Regimes de Urgência que estão sendo colocados dessa maneira. Ainda agora, como outro dia numa fraudulenta ação se conseguiu um voto de louvor à atuação do presidente da Copel.

Neste momento às 11:33, recebi a comunicação do líder do Governo que eles não trariam os defensores desse verdadeiro crime que vai cometer contra o povo do Paraná.

Portanto, o nosso encaminhamento é contra todos esses requerimentos de urgência que estão sendo colocados numa manhã, de quinta-feira, uma manhã cinzenta para serem aprovados no dia de hoje. Logicamente que nós temos toda a consciência, a maioria é a maioria, nós marcaremos a nossa posição de maneira muito clara.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente ainda hoje pela manhã eu recebi em meu gabinete e depois com outros parlamentares, conversou nesta Casa o deputado Ivan Ranzolin, que é de Lages, Santa Catarina está cumprindo o sexto mandato dele como deputado estadual e que foi presidente naquela



Casa na mesma época que eu fui presidente da Assembléia do Paraná.

Faço essa citação para dizer da necessidade que nós temos de ampliar um pouco mais as discussões acerca do cancelamento da privatização da Copel, que está realmente tomando conta nos debates do dia-a-dia aqui na Assembléia Legislativa.

No início desta semana, de certa forma fez-se uma tentativa para atender aos anseios dos deputados que são contra a venda da Copel e os deputados que são favoráveis.

Na reunião dos líderes com Vossa Excelência iniciou-se um processo de discussão, depois na reunião da Bancada da Oposição coordenada pelo deputado Waldyr Pugliesi, mais conversações tivemos. Estivemos no gabinete de Vossa Excelência numa reunião das Oposições com Vossa Excelência, depois estivemos numa reunião almoço na 1ª Secretaria com o deputado Valdir Rossoni, o deputado Durval e outros deputados e naquela ocasião buscava-se chegar ao entendimento para que está votação dos Projetos nº 004, 013 de 1991, ocorresse no dia de 08 de maio, como data proposta pelas oposições. Houve contra argumentação e chegou-se a uma proposta preliminar de ser a votação no dia 24, 25 de abril.

Posteriormente quando chegamos à Plenário, recebemos do líder do Governo dizendo que o governo não concordava nem com o dia 08 nem com dia 24, que teria que ser no dia 09.

Naquela oportunidade também, conversamos mais uma vez acerca do entendimento que já foi anunciado nesse Plenário, pelo deputado Waldyr Pugliesi e por nós, do entendimento que tínhamos tido, de que nenhuma votação de regime de urgência, nenhuma definição, quanto ao dia da votação ocorresse sem que ocorresse, sem que antes viessem o senhor Ingo, os defensores da Copel contra a privatização e aqueles que defendem a venda da Copel.

Pois bem. No dia de hoje fomos surpreendidos com os requerimentos em regime de urgência, apelamos. Vossa Excelência suspendeu a sessão. Fomos para uma conversação com o líder do Governo, com o vice-líder, deputado Traiano. E não chegamos a nenhum acordo, a nenhum entendimento, porque o líder do Governo não concordou em retirar os regimes de urgência, o que no nosso entendimento atropela, desrespeita o acordo anteriormente feito. Porque tivesse o deputado Durval Amaral comparecido ontem, quando da apresentação dos nossos convidados e dito no dia de ontem que não mais traria seus convidados e que hoje ele estaria apresentando o requerimento de regime de urgência, eu entendo que o acordo seria completo, estaria sendo respeitado. Não pelo fato de que estaríamos votando hoje, mas pelo fato da comunicação ter sido feita de forma prévia e antecipada.

Portanto, senhor presidente, não tendo sido respeitado o acordo anteriormente feito, e eu sou daqueles que procura agir como disse, aqui, hoje, o deputado Irineu Colombo, eu entendo que muitas vezes no Parlamento, e

não só no Parlamento Estadual, mas também nos Parla-mentos Municipais, federal, os acordos de Liderança, muitas vezes, valem mais do que aquilo que está disposto no Regimento, porque o acordo prevalece e o Regimento é respeitado no momento em que o acordo assim o determina.

O acordo foi feito. Não foi respeitado. Como anteriormente já tinha sido desrespeitado o outro acordo que tínhamos feito com o líder Durval Amaral, que era aquele de não propormos a criação da Comissão Especial para acompanhar as investigações em Maringá, antes da quarta-feira daquela semana e ele na mesma segunda-feira, depois da reunião de manhã, veio aqui e apresentou o requerimento.

Então, nós já estamos, de certa forma, até, nos acostumando em fazer acordos de manhã que são depois, à tarde, desrespeitados pelo líder do Governo. É lamentável isso. É lamentável que nós tenhamos que numa hora destas, nós que queremos revogar a venda da Copel, ter que votar contra um regime de urgência porque entendemos, neste momento, que o governo está agindo com toda ganância, com todo vigor, para atropelar um processo que previamente havia se estabelecido não aconteceria nos moldes em que está sendo proposto pelo líder do Governo.

Por esta razão, encaminhamos contrariamente a isto, lembrando apenas que no início fiz a citação do deputado Razolim, só para que os deputados saibam o que está acontecendo em SC, depois que foi privatizada, lá, a geração e a transmissão da energia.

Alguns dias atrás, a “dona” da geração, uma empresa privada, aquelas que têm poder de competição, aquelas que são boazinhas, aquelas que têm agilidade nas coisas, demonstrou, sim, que tem agilidade. Aumentou em 26% o valor da energia que ela está gerando e transmitindo, e obrigou o governador de SC, que é aliado ao governo federal, que é o Partido Progressista Brasileiro, a não aceitar e a não transferir, na condição de distribuidor, não transferir à população o aumento de 26% na energia. É o que vai acabar acontecendo no Paraná. Este poder de competição, esta agilidade que o doutor Ingo fala, vai também, sim, aparecer aqui no Paraná nas contas da energia, depois que a Copel for privatizada. Como está aparecendo agora, nas contas que estão sendo denunciadas quase todos os dias, todas as semanas, pelo deputado Baratter e outros, das vultosas contas, dos pulsos, das ligações que não são identificadas, depois que o serviço de telefonia, no Paraná, foi privatizado. E lá em SC, ele fez até uma brincadeira para nós, dizendo: tentamos esta semana nos reunirmos com os diretores da empresa que é dona da telefonia em SC. Foi muito difícil e não conseguimos, porque os donos moram lá, não em Porto Belo, mas em Porto Rico, lá no Estado agregado aos EUA.

Então, senhores, estas coisas é bom que se diga para que ninguém, depois alegar que foi enganado ou que foi iludido, neste processo. Nós vamos assistir, vamos ter vida suficiente para assistir o que vai acontecer no

Paraná. Vão dominar tudo, vai ficar tudo privatizado, e depois, quando a economia do Paraná tentar reagir, talvez seja tarde.

Por isso, encaminho contrário ao Regime de Urgência, por estar desrespeitando o acordo que anteriormente fizemos com o líder do Governo.

**O SR. BERALDIN (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, são apenas algumas constatações que se fazem necessárias, especialmente de alguém que ocupa o 5º mandato popular. Evidentemente tem esta preocupação e esta visão de olhar o comportamento político de alguns.

Na verdade, há poucos dias atrás esta Casa estava com um entusiasmo enorme para votar a proibição da venda da Copel. Nós apresentamos um requerimento à Mesa pedindo Regime de Urgência. Este requerimento, naquele momento, era oportuno, porque o governo ainda não tinha se articulado. E este requerimento foi retirado da mesa.

Senhor presidente e senhores deputados, ontem a bancada governista era minoritária aqui na Casa. Hoje, estão 100% presentes. Do outro lado, eu acho que faltou “gasolina azul”, porque alguns que teriam que estar junto conosco, aqui, na briga, uns por motivo de viagem, outros a sogra está doente, não sei o que é que está acontecendo.

Senhor presidente, eu não sei ter um comportamento duvidoso. Eu sou reto. Digo cumprir a palavra, dei a palavra estou cumprindo, aqui, e aqui estou para combater, porque sei que o que me move é o ideal. E eu falei para meu filho, Leonardo, hoje pela manhã: “Olhe, Leonardo, teu pai vai lutar” - porque ele viu outdoor, propaganda e me perguntou porque daquilo. Porque nós temos uma empresa que produz energia, porque temos água em abundância, nossos rios favorecem, explanei a história da Copel para ele. Ele falou assim: “meu pai, quanto é que o senhor ganha como deputado Estadual?” Eu falei: “olha, meu filho, esta pergunta você ainda não sabe o que é, não vai entender os valores, você só tem 7 anos e meio, não entenderá os valores e os números”. Ele disse: “meu pai, estão faça o seguinte: a metade do que o senhor ganha, o senhor coloca no banco para sua eleição do ano que vem”. Eis que Leonardo tem 7 anos e meio...

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Senhor presidente, o encaminhamento deve se restringir ao assunto a ser discutido, que é o Regime de Urgência. Se nós formos discutir a remuneração do deputado Beraldin, foge totalmente ao assunto que está sendo discutido, que é o Regime de Urgência. Que seja aplicado o Regimento Interno, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Solicito ao nobre deputado Beraldin que coloque suas posições sobre o Regime de Urgência.

**O SR. BERALDIN (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, é pertinente o que estou falando porque é sobre o assunto “Copel”.

Aí eu disse para ele o seguinte: “olha, Leonardo lá em Brasília parece que temos uma luz”. O senado da República votou, ontem, proibindo a venda de empresas que geram energia e que distribuem energia. Aí ele me perguntou: “Papai, o senhor não quer ser deputado federal”? Eu disse para ele: “Não, quero continuar sendo deputado estadual”. Ele falou assim: “Então, vá em frente, meu pai!”

E eu irei em frente. Irei em frente! E na certeza de que sobretudo está o olhar das crianças. Sobretudo está o olhar das crianças e dos estudantes que saberão interpretar a nossa posição de hoje. No futuro, sobretudo, nós temos que pensar nos nossos filhos, nos nossos netos. Porque a nossa obrigação não é só contar a história. É sim fazer a história. E fazer a história exige posição de independência, de galhardia, de amor ao Estado. Ser um homem público apenas para ser, não vale a pena. Nós temos que saber diferenciar o que é ter, e o que é ser. Ser um cidadão que consegue interpretar os anseios do povo. Ser um cidadão que consegue sentir que uma dona de casa tem dificuldades para pagar a luz. E se essa luz for privatizada vai aumentar a dificuldade do cidadão mais simples, do mais humilde, do trabalhador do campo, do trabalhador da cidade.

O governador Richa fez a história, e o Álvaro, e Requião, com o clic rural, levando luz aos homens do campo.

Homem do campo que também fui, da roça, no arado que também lavrei. E essa história eu conheço. Por todos esses caminhos que o ser humano mais simples, mais sofrido está passando, já passei e já vivi na pele. Por isso posso dizer, que tenho raiva. Mas, contendo a minha emoção para não dizer que tenho nojo de certas coisas.

Muito obrigado.

**O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA**

Pela Ordem, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela Ordem, deputado Takayama.

**O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (Pela Ordem)**

Tenho ouvido atentamente o discurso do deputado Beraldin. Doutor Beraldin, Vossa Excelência em 1998 votou a favor ou contra a privatização? Só para afirmação.

**O SR. BERALDIN**

Quero afirmar à Vossa Excelência, que Vossa Excelência deveria ser mais informado e procurar as notas taquigráficas da sessão do dia 03 de dezembro. E verá que eu não votei a favor.

O SR. HIDEKAZU TAKAIAMA

Eu farei isso!

O SR. BERALDIN

Pode procurar as notas.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Vossa Excelência não precisa se exaltar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Votação ao requerimento do deputado Durval Amaral. Requer Regime de Urgência com a tramitação do Projeto de Lei 091/2001, de autoria dos deputados Marcos Isfer e Cezar Silvestri. Em votação. Os deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. Dezesete senhores deputados.

Os que aprovam o requerimento queriam levantar-se. Trinta senhores deputados. **Está aprovado o requerimento.**

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente eu gostaria de fazer um comunicado a Mesa. Gostaria de comunicar que o deputado Strapasson votou contra o Regime de Urgência. Deputado Eli Ghellere, deputado Ademir Bier, deputado Nereu Moura, deputado Waldyr Pugliesi, deputado Caíto Quintana, deputada Rafagnin, deputado Irineu Colombo, deputado José Maria Ferreira, deputado Ângelo Vanhoni, deputado Orlando Pessuti, deputado Cezar Silvestri, deputado Luiz Carlos Zuk, deputado Beraldin, deputado Algaci Tulio, deputado Tony Garcia. deputado Antonio Anibelli.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 795, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente?

(**Assentimento**)

Senhor presidente, pode que um sorriso irônico de hoje se transforme em ranger de dentes, amanhã. Esta é uma constatação que o tempo irá nos dizer. Não posso sorrir de forma debochada, quando se trata de um assunto de grande relevância, para o Paraná, como é a questão da Copel. Já foi esse assunto por demais discutido, aqui, nesta Casa, tratado, aprofundado, debatido, de forma que eu creio que os senhores parlamentares e as senhoras parlamentares estão convictos de suas posições.

Por isso, nós, que no início da discussão deste projeto, tivemos também a idéia de urgenciar a sua tramitação e que fomos convencidos pelos nossos colegas, que o

melhor encaminhamento que tínhamos, era de fazer uma discussão mais profunda, inclusive, atendendo um pedido de Vossa Excelência, deputado Hermas Brandão, que encaminhou, no sentido que nós discutíssemos melhor essa matéria.

Aceitamos naquele momento. Não colocamos em votação o nosso regime de urgência. Retiramos o regime de urgência. E confesso a Vossa Excelência, que foi a melhor decisão que fizemos. Por que votar com pressa um projeto que, na verdade, tem profundo interesse ao povo do Paraná, ao governo, à população e aos deputados? Por que não discutirmos mais essa matéria? Confesso a Vossa Excelência que, naquele momento em que nós havíamos solicitado o regime de urgência, estávamos equivocados que o melhor encaminhamento é a discussão dessa matéria. Não tem porque, senhor presidente. Não há nenhuma razão lúcida, para agilizarmos a votação. Não há nenhum convencimento que possa colocar, aqui, com transparência, que a Assembléia Legislativa do Paraná composta por homens e mulheres eleitos pelo voto sagrado e sofrido do povo do nosso Estado, possa apressar a votação desses projetos de lei.

No nosso entendimento está claro, senhor presidente, o dono da Copel é o povo do Paraná. somente o povo deste Estado pode autorizar a venda da Copel. Vi na propaganda do governo uma alusão à iniciativa do prefeito de Londrina Nédson Micheleti, de fazer um estudo para a venda da Sercomtel-Celular, senhor presidente, aí está a grande diferença de um governo democrático. Aí está a grande diferença de um governo, que pensa com o povo, que não fecha a janela para a população. O que está fazendo o prefeito de Londrina: um estudo da Sercomtel-Celular. Mas irá encaminhar um plebiscito perante ao povo de Londrina, para saber o que seu povo deseja. É isso o que o povo quer: políticos que tenham compromisso com a população. E não políticos que se elegem e pensam: me elegi e o povo, agora, que vá cachimbar formiga no asfalto - para falar mais corretamente o palavrado da população. É assim que pensa o governo Jaime Lerner. É desta forma que o povo do Paraná; vá cachimbar formiga no asfalto. Que o povo do Paraná se lixe. Que o povo do Paraná se arrebente. Porque esse governo não tem compromisso com o povo do nosso Estado. É um governo descompromissado.

É um momento de grande tristeza para todos nós. O que presenciamos aqui, em dezembro de 98, no dia 03, está marcado no nosso coração. Aqui, hoje, neste dia, senhor presidente, os sete deputados do PMDB que já estiveram lá em 98, se fazem presentes unidos nesta Casa, para dizer ao governo Jaime Lerner que nós não concordamos com este estilo de governar, que nós estamos sintonizados com o povo do Paraná e aqueles que sorriem hoje poderão amanhã ver o ranger de dentes do inconformismo do povo por atitudes que não estejam sintonizadas com os sentimentos da nossa população.

Fica aqui o manifesto do meu partido, o PMDB, senhor presidente, que no governo passado havia tra-

zido aqui para esta Casa a discussão da venda da Copel como falou o deputado Durval Amaral em discussões anteriores quando ele era Secretário do Trabalho do governo Roberto Requião, mas trouxe aqui autorização a discussão para que fossem vendidas apenas 49% das ações, nunca o controle acionário da Copel e nunca por menos de 90% do valor patrimonial e nós sabemos que o governo Lerner já torrou no mercado, ações da Copel por menos de 50% do valor patrimonial. Naquele momento e ainda mais, dizia aqui o deputado Orlando Pessuti, quando o governador Requião encaminhou o projeto de lei para esta Casa ele dizia 70% do valor auferido com a venda da Copel serão aplicados na geração de energia elétrica para que não falte energia no nosso Estado do Paraná. Isso é visão de governo, de governo sério que se propõe a resolver os problemas do Paraná, e não um governo que vende a Copel para tapar buraco de caixa da sua incompetência, do seu relaxo e das suas perdas administrações públicas do Paraná. Que fique claro, senhor presidente, que o PMDB está aqui de novo presente para dizer não a este estado de coisas que o governo Jaime Lerner tem transformado o nosso Estado.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, a Casa vive um momento de atropelo. Uma das poucas coisas que restou ao homem público na imagem popular, nós estamos quebrando aqui hoje - é a palavra. A palavra enquanto liderança dentro da Casa é sinônimo de compromisso a ser resgatado.

Nós, entre a liderança de Oposição e liderança de Governo, fez um compromisso, um cronograma de que os projetos só seriam votados após audiência dos interessados na privatização e os contrários à privatização.

O Líder do Governo, respeitável deputado Durval Amaral, coloca hoje no apagar das luzes um requerimento sem discutir, sem estabelecer aquilo que deve ser a regra do parlamento e aí nós acabamos criando o grande impasse - não da votação, não dos números, deputado Durval Amaral, os números estão presentes aqui e nós não conhecemos, mas da relação, do respeito, daquilo que deve ser a fidalguia dentro de um Parlamento e aí nós realmente... esta figura que deve sempre acompanhar os homens públicos especialmente no trato quando no Parlamento.

Mas, se isto não bastasse, nós estamos colocando um processo de transferência do controle do Estado, de uma empresa extremamente importante, e aqui não precisa do valor estratégico que ela ocupa no cenário econômico do Estado do Paraná, às pressas, sem discutir. No senado se vota, está se encaminhando uma legislação para impedir que as empresas sejam privatizadas, as empresas do setor energético e aí vem o governo na sua saga, na sua

sanha de dispor o que é público da forma que bem entender, atropelar esta Casa e atropelar o processo de votação para que nós e a sociedade não tenhamos como reagir.

Meus senhores, falou aqui o deputado Nereu Moura do cachimbar no asfalto. Não conheço bem essa expressão, mas eu tenho certeza, deputado Nereu Moura, ela vai em prejuízo da população do nosso Estado, ela vai no sentido de perder a autonomia do Estado, em induzir o crescimento do nosso território, porque nós somos um Estado de grandes diferenças, a exemplo do que publicou ontem a imprensa, doze municípios do Paraná detêm quase 50% do ICMS. E só um governo forte, deputado Nelson Tureck tem condições de fazer a mudança desse ciclo, mas para isso ele precisa de instrumentos. Nós perdemos o Banestado, estamos a perder a Copel, estamos a perder os controles econômicos, financeiros que podem encaminhar a mudança desse estado de coisas, e não devemos perder, para tampar o buraco, da incompetência, do desregramento, da falta de seriedade da coisa pública, porque quem tinha um bilhão trezentos e noventa e cinco de dívida, fruto de cento e quarenta e um anos de atuação, administração independente; e hoje temos quase dezessete bilhões de reais, não tem moral para poder privatizar e para poder lançar mão de mais um ativo de extrema importância para o nosso desenvolvimento. Aqui fica o meu protesto para o registro da posterioridade.

Muito obrigado senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Em votação o requerimento do deputado Durval Amaral que requer Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei n 13/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti com apoio de diversos senhores deputados. Senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Durval Amaral queiram levantar-se. Trinta senhores deputados. Os que recusam o requerimento queiram levantar-se. Dezoito senhores deputados recusam o requerimento. **Está aprovado o requerimento do deputado Durval Amaral.**

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, quero solicitar a Vossa Excelência que registre o voto contrário dos seguintes parlamentares: do deputado Antonio Anibelli, o nosso líder Waldyr Pugliesi, o deputado Ademir Bier, o deputado Eli Ghellere, deputado Strapasson, deputado Vanhoni, deputado José Maria Ferreira, deputado Irineu Colombo, deputada Luciana Rafagnin, deputado Orlando Pessuti, deputado Luiz Carlos Zuk, deputado Tony Garcia, deputado Cesar Silvestri, deputado Marcos Isfer, deputado Caíto Quintana, deputado Algaci Tulio e o deputado Nereu Moura.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 797, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. TONY GARCIA (**Para Encaminhar**)

Gostaria nesse momento de deixar claro a todos que eu sempre fui da urgência da votação desse projeto. Fui a favor porque entendia que era o momento na época que colocamos o requerimento de se cotar por que tínhamos naquele momento ampla maioria; depois foi feito um acordo, foi respeitado o acordo. E nesse momento há uma mudança nas regras. Mas eu entendo o seguinte, quero falar aos companheiros que são contra a privatização da Copel que nós temos que enfrentar o que for, o dia que for, essa votação da Copel. Acho que fica claro a partir desse momento quem serão os deputados que estarão contra a venda e a favor da venda, acabar-se-á a especulação e tudo isso. Acho que nesse momento, nós não temos que ter medo de voto, a situação coloca como se tivesse a grande maioria para a votação da Copel, mas eu ainda entendo, depois quando converso com alguns companheiros que as coisas não estão tão consolidadas assim. Tenho esperança que no dia, seja o dia que for ainda nós tenhamos a consciência da maioria dos deputados e que vamos impedir a venda da Copel.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação, senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Durval Amaral queiram levantar-se.

Vinte e nove senhores deputados aprovam o requerimento.

Senhores deputados que recusam o requerimento queiram levantar-se.

Dezoito senhores deputados.

**Aprovado o requerimento.**

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Desejo colocar aqui os deputados que votaram contrário a este requerimento: deputado Edson Strapasson, deputado Eli Ghellere, deputado Ademir Bier, deputado Nereu Moura, deputado Waldyr Pugliesi, deputado Orlando Pessuti, deputada Luciana Rafagnin, deputado Irineu Colombo, deputado José Maria Ferreira, deputado Caíto Quintana, deputado Ângelo Vanhoni, deputado Luiz Carlos Zuk, deputado Beraldin, deputado Tony Garcia, deputado Cesar Silvestri, deputado Marcos Isfer, deputado Antonio Anibelli, deputado Algaci Tulio.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 796, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nós encaminhamos inicialmente para o nosso serviço de taquigrafia para fazer a degravação e posteriormente encaminhar ao nosso corregedor desta Casa, deputado Caíto Quintana a referida fita.

O SR. ELI GHELLERE (**Pela Ordem**)

Gostaria que ficasse registrado nos Anais da Casa a presença do ex-vereador de São Miguel do Iguaçu, ex-candidato a deputado federal com expressiva votação e atual secretário da Indústria e Comércio e Turismo, senhor José Albertino da Silva.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado nos Anais desta Casa.

Requerimento nº 804, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Informo ao nobre deputado Ricardo Chab que o horário será concedido após, antes de encerrarmos a sessão, após as votações.

Requerimento nº 810, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Deferido.**

Não há necessidade de aprovação do requerimento. Está reservado o horário de terça-feira, para Vossa Excelência.

Requerimento nº 710, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente de sessão anterior. **Não acatado.**

Essa Presidência pediu prazo até hoje, para responder sobre o requerimento.

Nós deixamos de acatar o requerimento do líder do Governo, deputado Durval Amaral anunciando e decidindo que os projetos serão votados isoladamente, separadamente.

Requerimento nº 736, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo Autor.**

Acho que o nobre deputado Irineu Colombo já com o encaminhamento da fita ao nosso corregedor, não haveria necessidade de votar o requerimento.

Pela Ordem deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Fiz uma sugestão ao corregedor que convocasse o senhor secretário Ingo Hübert para que explicasse o teor da manifestação. Porque também tenho a fita, ouvi a fita, requeri a fita da rádio CBN e transcrevi o trecho que ele diz: “Que os deputados que são da base do governo, que passaram para o lado da Oposição, passaram porque rende”. Então, o requerimento vai nesse sentido.

Como eu entendo que está sob o poder da Corregedoria, sugeri já ao deputado Caíto Quintana e ele viu com bons olhos a convocação ou o convite do secretário para explicar, eu retiro o requerimento. Se caso não me sentir satisfeito, o reapresentarei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

**Está retirado o requerimento do nobre deputado Irineu Colombo.**

Requerimento nº 769, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 780, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 781 e 783, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 784, de autoria do senhor deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 791, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 793, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 798 e 805, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 799, de autoria dos senhores deputados Eli Ghellere e Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** (À matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos nºs 800, 801 e 802, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 807, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 808, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Devidamente anotado.**

Requerimento nº 771, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

Informo ao nobre deputado Ângelo Vanhoni, que não temos como requerer gratuitamente dos órgãos de comunicação. Confesso a Vossa Excelência que não temos orçamento para atender essa despesa.

Consulto a Vossa Excelência se mantém o requerimento ou o retira.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria que a Mesa Executiva pelo menos fizesse uma tomada de custo se há possibilidade disso ou não, no orçamento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então vamos colocar em votação o requerimento de Vossa Excelência.

18 (dezoito) senhores deputados aprovam.

24 (vinte e quatro) senhores deputados rejeitam.

Está **Rejeitado** o requerimento.

A pedido do deputado Orlando Pessuti, queremos registrar a presença dos vereadores de Nova Tebas, Mair dos Santos, Roberto Ribeiro, Afonso Gregório, Antônio Leal.

Requerimento do deputado Orlando Pessuti, solicitando uma sessão especial “Vida sim, drogas não”, para o dia 09 de abril.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Dispenso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 267/99, 078, 287, 347/2000, 014/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 130, 213, 387 e 438/2000.

Levanta-se a sessão

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADO A REQUERIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS ELI GHELLERE E LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO DO DIA 05.04.2001.

#### “Reflexões sobre a privatização da Copel

Luiz Antonio Fayet

O debate sobre a privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica tem se caracterizado por uma confusão de dados e conceitos que dificultam a visão real da situação. Por esta razão procurei revelar alguns fatos relevantes, com o simples objetivo de ordenar... e conclusões.

As posições do governo do Paraná foram extraídas do documento da Secretaria de Comunicação Social, “Copel - Saiba por que a empresa será privatizada”, essas

‘verdades’ foram extraídas de relatórios e informativos da Cia. Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de outras organizações, da própria Copel e, também, do referido documento.

O que chamo de verdades é um .. de dados, informações e conhecimentos técnicos sem deformações interpretativas, que.... trabalho há muitos anos com...., com uma passagem especial no período 1979/82 quando coordenei, na Secretaria da Fazenda, o... do Ministro para cortes de energia. O ano de 79... a eclosão da “2ª crise internacional do petróleo.”

1 - Há quase uma década o setor energético brasileiro padece de um realístico planejamento estratégico e de ações firmes para racionalizar os usos de energia e a dependência externa de petróleo, gás e eletricidade, sem riscos de crises como a que nos ameaça. Algumas comunidades, como o Paraná, fizeram um grande sacrifício e construíram a sua base energética, hoje vital reserva estratégica”.

2 - “Não existe nenhuma determinação legal obrigando os Estados a privatizar suas empresas de energia; o que houve foi uma liberação do mercado. Pelas regras em vigor, as geradoras de transmissão e das redes de distribuição obrigam-se a transportar esta energia, mediante a cobrança de “pedágios”. Neste quadro, o monopólio teórico está nas mãos das donas das redes, como é o caso da Copel, pois a eletricidade depende das linhas”.

3 - “Somente usando os seus lucros, a Copel teria condições de ampliar anualmente a sua capacidade de geração em aproximadamente 200 mil kW, que somadas às sobras hoje vendidas a outros Estados, permitiriam atender as taxas de crescimento da demanda estadual para além dos próximos cinco anos. O lucro líquido da Copel, segundo seus balanços foi de R\$403 milhões em 98; R\$277 milhões em 99 e R\$430 milhões em 2000. Entretanto, se a opção dos acionistas não for a de reinvestimento dos lucros totais e a Copel precisar recorrer a financiamentos para suas ampliações, basta respeitar as normas estabelecidas pelas autoridades federais. Atualmente, ela participa da implantação de quatro novas usinas.

Para o governo do Paraná seria um absurdo sua estatal produzir eletricidade para vender para outros Estados, pois toda a tributação de ICMS é paga no local de consumo. Aliás, esta regra tem sido fortemente criticada pelas nossas autoridades. Entretanto, a Copel vem adotando esta prática”.

4 - “As empresas oficiais que têm sido privatizadas o foram por estarem sucateadas, quebradas ou por não terem condições de investir, o que não é o caso da Copel. O argumento da incapacidade de investimento configura-se uma inverdade”.

5 - “A Copel não perderá a sua capacidade de competir no mercado energético; pelo contrário, pois das 18 unidades geradoras em operação, 16 já estão amortizadas (pagas) e como quase todas são movidas por água, o seu custo operacional é imbatível para competir no território paranaense. Vender energia não é como vender sapatos, roupas ou até mesmo telefonia, para essa venda há que ter

uma rede de distribuição física cara e tecnologicamente complicada, com postes, fios, transformadores, fusíveis, para-raios, medidores, etc. Não dá para guardar na prateleira nem transportar em sacolas, malas ou caminhões. Assim, a hipótese de outra operadora vender no Paraná não assusta, dado o monopólio da distribuição e os custos de produção dos outros fornecedores. Em nível nacional, suas tarifas historicamente estão entre as quatro menores. Esta é a opinião dos maiores especialistas do setor, inclusive de técnicos da própria Copel, hoje condenados ao silêncio”.

6 - “Nas regiões Sul e Sudeste do País a ampliação da oferta de eletricidade virá de aproveitamento hidráulicos de pequeno porte, ou fontes térmicas - carvão, gás ou óleo - que determinam tarifas naturalmente maiores. O atraso na implantação das termoeletricas previstas no “plano decenal de expansão” do governo federal (mais de 40) está acontecendo pela questão de custos, pois quando sobe o preço do petróleo ou o dólar eles se alteram rapidamente. Para as hidrelétricas o impacto é residual. Por isso o governo tem forçado a participação das estatais, de vez que os investidores privados estão temerosos com os riscos. Das 15 termoeletricas em implantação no Brasil, 13 têm a participação estatal da Petrobrás, como na de Araucária 480 mil kW), que tem a Copel como sócia”.

7 - Comparar a concorrência tarifária que aconteceu com o setor de telecomunicações com a de eletricidade é desconhecimento de causa ou má fé. São tecnologias, problemáticas, ambientes e economias totalmente diferentes”.

8 - Quanto à qualidade dos serviços, a privatização das telecomunicações dá um bom exemplo. Melhorou a quantidade de oferta, mas os consumidores tornaram-se reféns da falta de qualidade das operações. Visando lucros altos e imediatos, usuários e comunidades menores foram relegados, quebrando o princípio da “universalização” da oferta dos serviços. Some-se a isso a ineficiência dos órgãos de defesa dos consumidores. Até recentemente a Copel manteve o primeiro lugar em qualidade no País. Será que este monopólio em mãos da iniciativa privada não seria desvirtuado? O que temos visto com as rodovias e os portos assusta”

## Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 38/2001

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de Roseli Tomaz da Silva, matrícula nº 40530 funcionária desta Assembleia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria Administrativa, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em

virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 1338/2001)

**PORTARIA Nº 39/2001**

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de Vera Lucia Silvino da Silva, matrícula nº 40665 funcionária desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotada na Diretoria Administrativa, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo § 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 1337/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.04.2001.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

**Ata de Comissão:**

**COMISSÃO DE TURISMO  
14ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e um, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões sob a presidência do senhor deputado Chico Noroeste, mais a presença dos senhores deputados membros da comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 22/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Delôra Bueno F. do Amaral Carvalho, secretária da comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) CHICO NOROESTE - Presidente

Delôra F. do Amaral Carvalho - Secretária